



# 澳門特別行政區 立法會會刊

## DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第四立法會期 (二零一二—二零一三)  
IV LEGISLATURA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

第一組 第 IV-103 期  
I Série N.º IV-103

**Data:** 11 de Junho de 2013

**Início da reunião:** 15 horas

**Termo da reunião:** 17 horas e 55 minutos

**Local:** Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

**Presidente:** Lau Cheok Va

**Vice-Presidente:** Ho Iat Seng

**Primeiro-Secretário:** Chui Sai Cheong

**Segundo-Secretário:** Kou Hoi In

**Deputados presentes:** Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Ng Kuok Cheong, Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Melinda Mei Yi e Tong Io Cheng.

**Deputados ausentes:** Leonel Alberto Alves e Chui Sai Peng.

**Convidados:**

Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;  
Cecília Cheung So Mui, Chefe do Gabinete do SASC;  
Lei Chin Ion, Director dos Serviços de Saúde;  
Carmen Maria Chung, Assessora do Gabinete do SASC;  
Susana Esmeriz, Assessora do Gabinete do SASC;  
Lam Chong, Responsável do Centro de Prevenção e Controlo da Doença dos Serviços de Saúde;  
Rui Amaral, Coordenador do Gabinete Jurídico dos Serviços de Saúde;  
Tam Sio Kuan, Assessora dos Serviços de Saúde.

**Ordem do Dia:**

- 1) Apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Alteração à lista de doenças transmissíveis anexa à Lei n.º 2/2004 (Lei de prevenção, controlo e tratamento de doenças transmissíveis)”;
- 2) Discussão e votação do projecto de deliberação do Plenário relativo à proposta de debate sobre um assunto de interesse público apresentado pela Deputada Kwan Tsui Hang em 28 de Maio de 2013.

**Sumário:** Intervenção no período de antes da Ordem do Dia dos Srs. Deputados Kwan Tsui Hang, Lam Heong Sang, Lee Chong Cheng, Kou Hoi In (também em nome dos Srs. Deputados Ho Iat Seng, Cheang Chi Keong e Fong Chi Keong), Leong On Kei, Chan Meng Kam, Ho Ion Sang, Sio Chi Wai, Chan Melinda Mei Yi, Lau Veng Seng, Ho Sio Kam, Ung Choi Kun, Mak Soi Kun, Ng Kuok Cheong, Au Kam San, Chan Wai Chi, Tong Io Cheng (também em nome dos Srs. Deputados Tsui Wai Kwan e Vong Hin Fai) e José Maria Pereira Coutinho. Aprovação na generalidade da proposta de lei intitulada “Alteração à lista de doenças transmissíveis, anexa à Lei n.º 2/2004 (Lei de prevenção, controlo e tratamento de doenças transmissíveis)”;

não aprovação do projecto de deliberação do Plenário relativo à proposta de debate sobre um assunto de interesse público, apresentado pela Deputada Kwan Tsui Hang em 28 de Maio de 2013.

**Acta:**

**Presidente:** Srs. Deputados:

Boa tarde.

Vamos iniciar a sessão plenária de hoje.

Há 18 Deputados presentes que se inscreveram para intervir. Então, por favor, a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang vai intervir primeiro.

**Kwan Tsui Hang:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O regime da habitação económica visa ajudar os residentes com determinados rendimentos e bens a resolver os problemas habitacionais. Está aberto o concurso público para a aquisição de

mais de 1500 fracções T1 de habitação económica do Edifício “Ip Heng”, em Seac Pai Van. Segundo o Instituto de Habitação, até ao fim do mês passado, entraram 8483 pedidos, dos quais, cerca de 2000 candidaturas por parte de agregados familiares. Apesar do pequeno número de fracções T1, o facto de estas atraírem tantos candidatos revela que os residentes têm necessidades urgentes de habitação. O Governo deve dar importância às preocupações dos residentes e aumentar o número de habitações públicas, por exemplo, através dos terrenos retomados e desaproveitados, fazendo, quanto antes, um projecto de construção. Em conjugação com o concurso para habitação económica de outras tipologias, que vai abrir no final do ano, pode obter mais dados e definir um plano geral de fornecimento de habitações para o futuro, com vista a satisfazer as respectivas necessidades. Por outro lado, também é necessário rever, quanto antes, as regras não razoáveis da vigente Lei da Habitação Pública, para responder às exigências de habitação dos residentes.

A nova Lei da Habitação Económica adoptou uma regra diferente em relação à anterior, isto é, a nova lei estipula o limite mínimo de rendimentos do agregado familiar do requerente. No entanto, ouvi a queixa de alguns trabalhadores da classe baixa de que o seu rendimento mensal é menor que sete mil patacas, o que corresponderia ao requisito de rendimento para habitação social, mas que as suas poupanças de cerca de trinta anos de trabalho levam à exclusão de acesso a este tipo de habitação, por exceder o limite máximo de património líquido. No entanto, se estes trabalhadores pretenderem requerer uma fracção de habitação económica, também não conseguem corresponder ao limite mínimo do rendimento de acesso estipulado para este tipo de habitação, devido ao seu parco rendimento. Eles lamentam não poder obter uma casa, depois de muitos anos de trabalho duro. A par disso, os altos preços da habitação no mercado privado resultam na perda de esperança de aquisição de uma fracção e também na incapacidade de pagar rendas. As disposições irrazoáveis previstas na nova lei levam a que estes trabalhadores sejam excluídos da rede de habitação pública, tornando-se, assim, na camada vulnerável que a sociedade ignora. Embora não sejam em grande número, há casos, ainda, em que pessoas da terceira idade não têm uma habitação. O Governo deve proceder rapidamente a uma revisão para eliminar os limites de rendimento na aquisição de habitação económica, com vista a satisfazer as necessidades habitacionais desta camada baixa da sociedade.

Além disso, a Lei da Habitação Económica vigente estipula que os candidatos e seus agregados familiares não podem dispor de propriedades em Macau, num período que abrange os 5 anos anteriores à data de apresentação da candidatura, mas não prevê claramente o prazo para as autoridades competentes concluírem os procedimentos de celebração de escritura pública com os compradores de habitação económica. No passado, houve residentes que manifestaram que, após a compra das suas fracções de habitação económica, demoraram 5 a 10 anos, ou mais, à espera de celebrar a escritura pública com as autoridades competentes, o que, para além de não reconhecer o direito real privado destes compradores, também suscita um dilema dos para os agregados familiares quando enfrentam problemas ligados à carência de espaço para viver, dado o seu crescimento, casamento, etc. As dezanove mil fracções de habitação pública estão a ser distribuídas aos candidatos para aquisição, de forma faseada, e as autoridades competentes devem implementar certas medidas para evitar a situação injusta de os promitentes-compradores só conseguirem celebrar a escritura pública após o arrastar de vários anos, devendo aperfeiçoar, com a maior brevidade possível, a disposição legal e as medidas com esta

matéria relacionadas, assim como estipular expressamente o prazo para a celebração da escritura pública, a fim de garantir os direitos dos compradores de habitação económica.

Obrigada.

**Presidente:** Sr. Deputado Lam Heong Sang.

**Lam Heong Sang:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Os que nasceram na década de 80, período da mais alta taxa de natalidade registada no século passado, vão atingir, pouco a pouco, o limiar da idade nupcial, prevendo-se assim para breve uma nova onda de crianças. Segundo as estatísticas, a taxa de natalidade tem vindo a aumentar gradualmente, nestes últimos dez anos, mormente nos últimos três, pois os nascimentos subiram de 5114, em 2010, para 7315, no ano passado, um sinal positivo para Macau, com uma sociedade envelhecida. Por isso, o Governo devia, quanto antes, planear os serviços de saúde e de acção social para enfrentar essa nova leva de grávidas e crianças, de forma a dar resposta às necessidades em termos de assistência, creches e escolas. É lamentável que os serviços públicos não tenham tido em atenção este factor, a fim de se prepararem antecipadamente para esse embate. Em resultado, tem havido uma sobrecarga nos serviços de prestação de cuidados a crianças e de exames convencionais a grávidas. Actualmente, é já uma dor de cabeça para os pais o encontrar de uma vaga em creches, mas o pior só vai acontecer daqui a dois ou três anos, em que todos vão ter mesmo de lutar “com unhas e dentes” por uma vaga.

Face às preocupações da comunidade, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude projecta aumentar, no ano lectivo de 2015/2016, as vagas do ensino infantil para mais de 18 400, e creio que este número é suficiente para responder à nova onda de crianças. Só que, segundo as declarações dessa mesma entidade, com a ampliação ou modificação das instalações de alguns estabelecimentos de ensino, só poderão ser asseguradas, no próximo ano lectivo, não mais do que 5800 vagas para o “K1” (1.º ano do ensino pré-escolar), prevendo-se um acréscimo de mais 1000 a 1400 vagas só daqui a um ou dois anos. O que as pessoas não compreendem é que, mesmo sem ter em conta a distribuição por zonas e a admissão de alunos não residentes, o número de vagas para o “K1” vai atingir, na melhor das hipóteses, as 7200, daqui a dois anos, número este que está abaixo da quantidade de nascimentos ocorridos no ano passado, que ronda os 7315. Será que, na altura, dará para satisfazer as necessidades?

Os serviços responsáveis pela pasta da educação afirmam que existe uma tendência de redução do número global de estudantes do ensino não superior, nomeadamente dos alunos que nos próximos seis ou sete anos transitam para o ensino secundário. No entanto, na opinião dos referidos serviços é possível recorrer à organização e ao ajustamento de vagas, para dar resposta à variação do número de estudantes e à procura de vagas em diferentes ciclos educativos, e estão em crer que as escolas também vão efectuar de forma flexível a organização dessa distribuição, a fim de satisfazer a procura geral. Porém, responsáveis por este sector manifestaram aos *media* que em Macau já está a funcionar o modelo de ensino de turmas pequenas e que, além disso, foi determinado expressamente que cada criança tem de dispor de uma área suficiente para a prática de actividades, assim, estes factores constituem uma dificuldade real que impedem

que a procura seja satisfeita com base no aumento do número de vagas nas turmas, restando a possibilidade de se construir novos edifícios escolares ou de se avançar com obras de expansão. As limitações em termos de espaço e recursos poderão constituir obstáculos para o aumento, a curto prazo, do número de vagas, e os pais vão permanecer aflitos e profundamente preocupados, pois vai ser um quebra-cabeças conseguir ajudar os filhos a obter uma vaga nas escolas.

É da responsabilidade do Governo assegurar um número suficiente de vagas para as crianças. Segundo as informações reveladas pelos referidos serviços, daqui a dois anos, as vagas para o “K1” não vão conseguir satisfazer a procura. Os referidos serviços precisam de expandir imediatamente as instalações e de estudar, o mais cedo possível, planos viáveis de alargamento da capacidade de acolhimento.

A fim de dar resposta à procura de serviços, devido ao surgimento de uma nova onda de crianças, apelo ao Governo da RAEM para, em coordenação com diversos serviços, organizar os recursos, preparar melhor as políticas, definir melhor os planos, aumentar efectivamente as vagas das creches e do ensino pré-escolar, e aperfeiçoar as instalações escolares destinadas aos cuidados de saúde e às actividades recreativas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

**Lee Chong Cheng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Com a atribuição da nova licença de rede fixa de telecomunicações, a nova operadora tem, a partir do dia 4 deste mês, 18 meses para começar as suas operações. A taxa de cobertura da operadora deve corresponder a 30% do total dos edifícios habitacionais localizados em Macau, Taipa e Coloane, ao fim de dois anos deve aumentar para 70%, e ao fim dos dois anos seguintes para 99%. Segundo a nova operadora, a colocação da rede por todo o território de Macau será dividida em quatro fases e o seu custo está calculado em mil milhões de patacas.

Quanto à atribuição de apenas mais uma licença de rede fixa e à exigência de uma taxa de cobertura de serviços entre 30% e 70%, em pouco tempo, muitos representantes do sector consideram tratar-se de um requisito demasiado exigente e, por isso, difícil de concretizar. A sociedade duvida que esta nova operadora da rede fixa disponha de recursos humanos em número suficiente para iniciar a sua actividade, e se não terá já previsto a importação de grande quantidade mão-de-obra. Por outro lado, a coordenação dos trabalhos de escavação para colocação das redes será também difícil, tendo em conta a complexidade da distribuição das redes públicas subterrâneas de Macau, como por exemplo, para o abastecimento de água, electricidade e fornecimento de gás natural, assim como para os esgotos e metro ligeiro. A Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações fez alguma avaliação das consequências resultantes da aplicação do novo contrato de concessão do serviço de telecomunicações? Se a nova operadora não conseguir cumprir o contrato por razões que tenham a ver com recursos humanos ou com problemas de coordenação das obras de escavação, vai repetir-se a situação do contrato de concessão do serviço pago de teledifusão terrestre, que motivou uma acção judicial contra o Governo, pelo facto de este não ter criado as condições necessárias para as operações da concessionária? Segundo a nova operadora, 70% das

tarifas para a linha alugada, e serviços de telecomunicações, serão cobrados pela Companhia de Telecomunicações de Macau (CTM), e garantiu mais benefícios no tarifário. Apesar de o tarifário da nova operadora ter de ser apreciado pelo Governo, estabelecendo a comparação com os custos elevados das tarifas da CTM em vigor, aquela garantia da nova operadora não significa que as tarifas a cobrar sejam razoáveis. É então necessário evitar que as operadoras cheguem a acordo entre si sobre as tarifas, para que não se venha a verificar uma situação de oligopólio no sector.

Tendo em conta o interesse público, em vez de instalar novas condutas e redes, não seria melhor o Governo adoptar medidas mais rápidas, por exemplo, a liberalização das condutas subterrâneas existentes? Isto não só permitiria às novas empresas de telecomunicações licenciadas a instalação das suas redes, como também não seriam necessárias obras de escavação e instalação de condutas e redes que só incomodam a população e com as quais se gasta muito dinheiro. Depois da liberalização da rede fixa, as condutas subterrâneas e as redes ficaram a pertencer ao “activo da concessão”, e a CTM, enquanto actual operadora, apenas tem poderes de gestão. Relativamente às condutas subterrâneas, o Governo deve esclarecer qual é a capacidade disponível e, para aumentar a concorrência e disponibilizar mais serviços à população, se houver capacidade disponível, deve então proceder-se à sua liberalização, para que os vários fornecedores possam aceder a essas redes. Assim, concretizar-se-ia a justiça e imparcialidade no mercado das telecomunicações, cuja salvaguarda compete ao Governo.

Dos contratos de concessão exclusiva de serviços públicos, tais como telecomunicações, TV cabo, gás natural, rádio táxi amarelos, autocarros, etc., celebrados nestes últimos anos, não constam cláusulas sobre a fiscalização rigorosa das respectivas operações, nem quaisquer outras, vinculativas, que salvaguardem os interesses da população, verificando-se também a falta de um regime de controlo dos lucros. Mas o pior de tudo é que o objectivo fulcral destes contratos não é garantir a qualidade dos serviços. Todos sabem que o objectivo dos serviços públicos, independentemente da forma como são prestados, por exemplo, através de concessão exclusiva ou da liberalização, é assegurar os interesses da população, ou seja, que os cidadãos consigam serviços de qualidade a preços estáveis e razoáveis.

Nestes últimos dias, os problemas dos anteneiros e da TV Cabo voltaram a ser tema de discussão no seio da sociedade. Como o respectivo contrato de concessão foi celebrado sem consenso social, a questão nunca se conseguiu resolver. A Direcção dos Serviços de Regulação das Telecomunicações (DSRT), sob o pressuposto de assegurar os interesses dos residentes e garantir o interesse público, deve resolver esta questão que nos foi legada pela história. As entidades competentes já deveriam ter procedido, no passado, a uma revisão do contrato de concessão do serviço terrestre de televisão por subscrição e à alteração das respectivas cláusulas, a fim de que o contrato correspondesse, tanto quanto possível, à realidade social, e garantisse à maior parte dos residentes o acesso livre à informação e o direito à opção de serviços. A fim de assegurar os valores essenciais da independência judicial, só agora é que o Tribunal proferiu uma decisão com base no referido contrato. As consequências sociais, se as houver, poderão afectar os hábitos de vida da população e prejudicar o interesse público, ou até mesmo originar conflitos entre os poderes, administrativo, legislativo e judicial, o que só prejudica a dignidade do Governo e o prestígio da sua acção governativa.

As autoridades competentes devem definir, claramente e com a maior brevidade possível, ou seja, em menos de 90 dias, “o serviço terrestre de televisão por subscrição relacionado com a compra de direitos de autor quer dos programas quer da sua produção” e “o serviço de televisão gratuito transmitido por antenas comuns não relacionado com a compra dos direitos de autor dos programas”, a fim de garantir os direitos dos residentes, do Governo, da TV Cabo e dos anteneiros; ao mesmo tempo, deve aproveitar a rede fixa recentemente retomada para resolver o problema da transmissão de sinal das antenas comuns; e, para além disso, como a decisão judicial pode ter implicações sociais e prejudicar o interesse público, nos termos do artigo 10.º, do “Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição”, o Governo deve rescindir o contrato de exclusividade por razões de interesse público. Perante a situação de monopólio injusta, desleal e sem apoio do público, contrariando a realidade social, o Governo tem a responsabilidade de resolver este problema legado pela história, a fim de garantir o interesse público e salvaguardar a equidade e a justiça social.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Kou Hoi In.

**Kou Hoi In:** Obrigado, Sr. Presidente.

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome dos Deputados Ho Iat Seng, Cheang Chi Keong e Fong Chi Keong.

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

Deu-se, em 5 de Junho, um acidente de viação na Avenida do Conselheiro Borja, em que um aluno de 9 anos, da Escola Ilha Verde, foi atropelado fatalmente por um camião. É trágico!

Segundo consta, a escola apelou várias vezes às autoridades para que dispensassem mais atenção à segurança rodoviária no Bairro da Ilha Verde, tendo até sugerido a colocação de instalações preventivas nas embocaduras, para garantir a segurança dos idosos e crianças das proximidades, só que aquelas fizeram “ouvidos moucos”. A Avenida do Conselheiro Borja, por ser a via principal, que faz a ligação entre a zona norte e a Ilha Verde, é bastante larga, o que contribui para gerar uma série de irregularidades, que vão desde as ultrapassagens perigosas até à não cedência de prioridade nas zebras. Nesta mesma Avenida funcionam três escolas e, em frente, um lar de terceira idade e um asilo, razão pela qual, tanto a associação dos moradores, como as escolas, instaram junto da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, para que adoptassem, com urgência, medidas para resolver a situação caótica no bairro, em termos de trânsito rodoviário, de forma a reduzir a exposição aos riscos por parte dos idosos, por serem mais lentos a movimentar-se, e das crianças, por não terem consciência clara dos perigos que as espreitam quando atravessam para o outro lado da via. É triste que a situação ainda se mantenha, depois de vários anos. Será que a ocorrência deste trágico acidente fatal vai servir de lição ao Governo, para que comece a dispensar atenção ao problema da segurança rodoviária nesse bairro?

Segundo consta, já em 2007, ou seja, numa altura em que a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) ainda não estava criada, a associação civil do bairro e as escolas em questão requereram, junto da Direcção dos Serviços de Solos, Obras

Públicas e Transportes (DSSOPT), a colocação de lombas para limitar a velocidade, junto da zebra em frente das escolas Ilha Verde e de Santa Teresa, mas tal requerimento não foi devidamente tratado pelos referidos serviços.

Em 2009, o Centro de Acção Social da Ilha Verde apresentou, por escrito, uma sugestão à DSAT: “Solicita-se ao Governo que coloque instalações para a segurança rodoviária, nomeadamente, lombas para limitar a velocidade, junto da zebra em frente da Escola Ilha Verde e da Escola de Santa Teresa, sitas na Rua da Concórdia.” Na altura, a DSAT recusou a autorização deste requerimento com base nas seguintes duas justificações: primeiro, a referida zebra fica junto da paragem de autocarros, portanto, quando os autocarros entram ou saem da paragem, as viaturas que circulam atrás têm de reduzir, naturalmente, a velocidade, não havendo assim, por agora, a necessidade de colocação das lombas em questão. Segundo, a distância entre esta zebra e uma outra próxima é muito curta, por isso, não há espaço suficiente para colocar lombas a fim de limitar a velocidade.

O mais caricato foi o Governo ter dito que o aproximar e o afastar dos autocarros daquela paragem ia fazer abrandar a velocidade dos veículos que circulam atrás. De acordo com certas informações, sabe-se que no dia dessa ocorrência não havia nenhum autocarro naquela paragem, e o camião envolvido no acidente estava a circular a alta velocidade, mesmo ao aproximar-se da zebra, facto que originou a tragédia.

O Governo ignora as várias solicitações dos residentes e continua a não ouvir seriamente as suas vozes, nem a aceitar as opiniões dos mesmos, e o resultado foi... a perda de uma vida. Nunca se imaginou que uma passadeira que tem por função salvaguardar a segurança dos peões se transformasse numa armadilha para a ocorrência de um acidente de viação. Solicitamos com veemência ao Governo que proceda de imediato aos respectivos estudos e trabalhos de revisão, deslocando-se ao local do acidente, conjuntamente com os responsáveis das associações, escolas, centro de idosos e lares de idosos, daquela zona, para fazer uma vistoria e instalar, quanto antes, e nos locais apropriados, os equipamentos para a salvaguarda da segurança rodoviária, tais como as referidas lombas para o abrandamento da velocidade. Ao mesmo tempo, deve ainda estudar a adequabilidade dos locais dessa zona onde estão instaladas as zebras, as paragens de autocarro, etc., bem como proceder às respectivas melhorias.

Com efeito, para além da Ilha Verde, existem potenciais riscos ao nível da segurança rodoviária em muitas zonas de Macau, por exemplo: na paragem de autocarros em frente do Auto-silo Pak Kong, na Rua do Visconde Paço de Arcos, no Porto Interior, um lugar já referido por nós muitas vezes, a colocação dos sinais não é apropriada, uma vez que cobrem totalmente a visão dos peões e dos condutores, e, em caso de distração, pode haver acidentes. Outro exemplo é a zebra colocada numa parte da faixa entre o *Dynasty Plaza*, o Centro UNESCO de Macau e o Banco Tai Fung, na ZAPE, pois como os veículos normalmente descem o viaduto com velocidade elevada, os outros utentes, quer peões, quer condutores, ao passar pela saída, têm sempre medo de atravessá-la. Por isso, solicitamos ao Governo que reveja todos os equipamentos rodoviários de Macau, com vista a proteger a segurança dos peões, evitando assim a repetição de acidentes.

Por outro lado, como é fraca a consciência de alguns condutores sobre a segurança rodoviária, o Governo deve tomar medidas

integradas para consciencializar os cidadãos quanto a isso. A realização de acções de divulgação não se deve limitar à administração pública, às escolas, aos bairros comunitários e associações civis, mas deve também estender-se a famílias e indivíduos, para que a consciência da segurança rodoviária possa ser enraizada no coração dos cidadãos, penetrando de forma profunda em todas as camadas sociais. Aliás, o CPSP também deve reforçar a execução da lei, designadamente, sobre as infracções graves, tais como a não cedência de prioridade nas zebras, excesso de velocidade, desrespeito pela sinalização e condução sob a influência do álcool, e que frequentemente estão na origem dos acidentes de viação mais graves, a fim de sensibilizar a população para a segurança rodoviária e manter um ambiente rodoviário seguro.

Obrigado.

**Presidente:** Sra. Deputada Leong On Kei.

**Leong On Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Há dias, foram descobertos, em Taiwan, casos de amido tóxico em produtos de algumas marcas famosas, incluindo: tofu, gelados, iogurte, etc. Após a ocorrência desses casos, a China Continental e Hong Kong divulgaram, de imediato, informações e procederam a exames aleatórios dos respectivos produtos vendidos no mercado, tendo mandado retirar os que apresentavam problemas. Pelo contrário, o nosso Grupo de Coordenação para a Segurança Alimentar não divulgou qualquer informação, impedindo a população de saber se existem ou não no nosso mercado produtos que contenham esse amido tóxico, tornando mais uma vez a segurança alimentar numa questão de grande preocupação por parte da sociedade.

Os produtos alimentares de Macau são, essencialmente, importados das regiões vizinhas, logo, a qualidade desses produtos tem a ver directamente com a saúde da nossa população. Nos últimos anos, registaram-se diversos problemas relacionados com a segurança alimentar, e garantir a qualidade dos produtos alimentares importados tornou-se, pois, num desafio para Macau, por conseguinte, deve a entidade competente dar importância a esse tipo de problema. Só que o dito Grupo de Coordenação actua sempre de forma vagarosa, por exemplo, no outro caso recente de amido tóxico ocorrido em Dongguan, Macau só divulgou as respectivas informações após a China e Hong Kong terem divulgado as suas, colocando a saúde pública de Macau numa situação de risco desnecessário.

Segundo o inquérito de uma associação, cerca de 90% dos residentes entrevistados manifestaram a sua preocupação quanto à segurança alimentar; e quase metade dos entrevistados acha que a fiscalização do Governo é insuficiente. Isto significa que os residentes não confiam suficientemente na fiscalização da entidade competente sobre os alimentos. O Grupo de Coordenação e o Centro de Segurança Alimentar devem ponderar, profundamente, em como ganhar, novamente, a confiança da população.

Perante os incidentes relacionados com a segurança alimentar, a entidade competente deve agir de forma imediata, no sentido de otimizar a inspecção dos produtos alimentares, reforçar a capacidade de fiscalização e de avaliação de risco, bem como elevar a eficácia na divulgação de informações, isto é, divulgar informações correctas logo na primeira hora, para a população não ficar preocupada.

Além disso, o Governo da RAEM tem que reforçar os contactos com as entidades congéneres das regiões vizinhas, fazendo sobressair os efeitos do diálogo e da colaboração regional na questão da segurança alimentar, e deve, ainda, especialmente os Serviços de Alfândega, reforçar a fiscalização dos produtos em que poderá haver maior possibilidade de surgimento de problemas, a fim de evitar a sua entrada. Finalmente, esperamos que o Governo possa criar, quanto antes, um sistema eficaz de fiscalização, por forma a salvaguardar que haja segurança alimentar para os nossos residentes.

**Presidente:** Sr. Deputado Chan Meng Kam.

**Chan Meng Kam:** Obrigado, Sr. Presidente.

Os anteneiros, os “autocarros fantasmas” (vazios), as campas, e a concessão dos 5+8 terrenos em frente ao aeroporto têm sido os temas mais discutidos recentemente. Durante um certo tempo, tanto os Directores responsáveis, como o Secretário da tutela, utilizaram argumentos do tipo “o caso já entrou em processo judicial”; “estávamos preocupados com a possibilidade de o Governo ser constituído réu caso houvesse lugar a acção judicial”, a título de pretexto para não comentarem os casos. No entanto, segundo as decisões judiciais, as situações reveladas e os relatórios do CCAC e da Auditoria, os dirigentes do Governo foram “injustos” e “ineficientes”, e mesmo sabendo da existência de óbvios conflitos sociais, optaram por ignorá-los e por deixar que os problemas se agravassem, causando graves desperdícios de recursos sociais e prejuízos a todos os residentes de Macau. Estou de acordo que os dirigentes consensualmente considerados pela sociedade como “incapazes” devem mudar de cargo, ser despromovidos ou até exonerados!

Os conflitos entre os “anteneiros” e a TV Cabo já são antigos e do conhecimento de todos. A Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações não retirou nenhum ensinamento do caso da suspensão de transmissão por parte dos anteneiros em 2008. Em 2010, o CCAC elaborou um relatório sobre os problemas existentes, mas mesmo assim, a referida Direcção continuou de “braços cruzados” e deixou que o caso se agravasse até chegar a Tribunal, sem tomar atenção ao direito da população à informação. Tratou-se de mais um acto típico deste Governo.

Quando se fala do problema dos anteneiros, as autoridades utilizam sempre o pretexto de se tratar de um problema herdado da história para continuarem a arrastar a situação. Os problemas herdados da história nunca ficaram por tratar, só é preciso ter inteligência. Aliás, o contrato de exclusividade da TV Cabo foi fixado pelo Governo, e se agora se vem dizer que o seu âmbito não está claro, só pode tratar-se de uma grande anedota. Conseguem criar uma anedota destas mas não sabem como resolver a situação. Como é que a população pode confiar em Governos destes? A questão dos anteneiros deve ser resolvida legal e atempadamente, e não se pode continuar a permitir que membros do “injustos e incapazes” prejudiquem os interesses da população.

Depois da publicação do relatório de auditoria sobre os serviços de autocarros, a expressão “autocarros fantasma” passou a estar na moda. De facto, deviam ser estúpidos, em vez de fantasmas. Desde a entrada em funcionamento da nova empresa de autocarros, a 1 de Agosto de 2011, que as queixas passaram a ser constantes e inúmeras. Como o pagamento dos serviços é ao quilómetro, até uma criança de três anos saberia como aproveitar os autocarros vazios

para enganar as pessoas. A população em geral afirma que o contrato de serviços foi mal feito, pois produziu, em primeiro lugar, autocarros estúpidos e, a seguir, autocarros fantasmas. A população já previa isto.

O objectivo de introduzir uma nova empresa de autocarros foi recorrer à concorrência para resolver a dificuldade em apanhar autocarro. Nas horas de ponta, ou seja, nas horas de entrada e saída dos empregos, os passageiros são muitos e até parecem sardinhas em lata, uma situação que se mantém há já dois anos sem ter sido ainda resolvida. Muitas pessoas lamentam que depois das horas de ponta surjam muitos autocarros sem passageiros. A nova empresa entrou em funcionamento há dois anos e só depois da publicação do relatório de auditoria é que as autoridades começaram a fiscalizar as caixas de pagamento das tarifas a dinheiro dos autocarros. A população acha que “o rico é estúpido”, e é provável que ninguém goste de ouvir críticas destas, mas o certo é que não as podemos negar. Com o contrato dos autocarros fantasma feito pelos nossos dirigentes, a dificuldade em apanhar autocarro ainda não foi resolvida e surgiram muitas queixas na sociedade, o que resulta em cansaço da população e em desperdício de dinheiro público. Será que os dirigentes têm capacidade para exercer as suas funções? Quanto ao aumento das tarifas dos autocarros, os serviços competentes têm medo das acções judiciais que os empresários possam instaurar, mas se a situação piorar, não poderá ser a população a instaurar uma acção judicial contra o Governo?

Há já vários anos que se vem criticando o caso das “sepulturas”. O relatório apresentado pelo CCAC refere, explicitamente, que existem suspeitas de que a aprovação dos pedidos de sepulturas tenha sido “feita à medida”, muito embora os governantes envolvidos utilizem sempre o argumento de que “o caso já entrou em processo judicial” para camuflarem todos os factos. Todavia, com vista à informação do público, os serviços judiciais tomaram a iniciativa de repor a verdade, deixando que o público se inteirasse melhor dos factos, da inércia dos governantes, da sua injustiça e de como se demitem das suas responsabilidades. Errar é humano, é compreensível e desculpável, mas caso os governantes cometam erros, devem ter coragem para reconhecer as suas culpas e corrigir a situação. Mas se, caso contrário, recorrerem ao seu poder para camuflar a verdade, desrespeitarem o direito à informação do público e esbanjarem recursos sociais e públicos em acções judiciais desnecessárias, a consequência é afastarem-se cada vez mais das expectativas que a população neles deposita.

Lembro-me muito bem que, há anos, quando se criticava bastante o caso dos cinco terrenos em frente ao Aeroporto, alegadamente envolvidos no caso Ao Man Long, foram concedidos mais 8 terrenos, criando-se assim um facto consumado. Os representantes da tutela dos Transportes e Obras Públicas escudaram-se na falta de resultados do pedido de informações junto dos órgãos judiciais, o que veio a ser desmentido pelo Ministério Público, que adiantou não ter recebido o referido pedido de informações, para além do facto de o CCAC ter apontado expressamente a existência de problemas, como veio entretanto a revelar. Ou seja, aqueles representantes mentiram. O que não será mera coincidência é o facto de os casos dos “anteneiros”, dos “autocarros estúpidos” e das “campas” estarem todos relacionados com processos judiciais. As razões mais elementares para tudo isto podem ser encontradas nas críticas feitas pelos órgãos judiciais ao longo dos últimos dois anos. Isto é, alguns serviços públicos não actuam de acordo com a lei e criam conflitos, e como não os querem assumir, empurram-nos para os órgãos judiciais, em vez de os resolver por via civil ou administrativa, como

manda a lei. O declinar da responsabilidade administrativa e o degenerar da capacidade de decisão levam a cada vez mais fricções sociais, em detrimento dos interesses de toda a população.

Macau é uma sociedade pequena, mas a legalidade, a justiça e a eficiência não deixam de ser importantes para o Governo. Justiça tardia não é justiça, e a sua realização exige que se preste atenção à eficiência, uma vez que a ineficiência prejudica a justiça, sendo as fricções internas de alguns serviços o importante reflexo de ineficiência. Na minha opinião, os dirigentes injustos e ineficientes devem mudar de cargo, ser despromovidos ou até mesmo exonerados, e não devem poder “refugiar-se” nas instituições académicas nem nas assessorias dos diversos serviços públicos.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Ho Ion Sang.

**Ho Ion Sang:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Há dias, registou-se um grave acidente de viação na Avenida do Conselheiro Borja, que resultou na morte de um jovem aluno, de 9 anos de idade, que ao atravessar a zebra foi mortalmente atropelado por um veículo que circulava a alta velocidade. Este facto veio mais uma vez despertar a atenção da sociedade sobre a segurança rodoviária. Até 2012, circulavam em Macau mais de 217 mil veículos, e registaram-se mais de 14 mil e 600 acidentes de viação, portanto, um aumento de 4%, que provocaram mais de 5 mil e 200 vítimas, entre as quais 18 mortos.

Segundo as autoridades policiais, entre Janeiro e Maio do corrente ano, registaram-se 386 autuações relativas à não cedência de passagem aos peões nas zebras, uma redução em comparação com o período homólogo. No entanto, a nossa sociedade continua a entender que os condutores não têm o civismo de antigamente, e que nem sequer têm noção do que é conduzir com segurança. É fácil ver conduzir a alta velocidade, fazer ultrapassagens indevidas, não manter a distância regulamentar entre veículos, fazer inversão de marcha transpondo a linha contínua, não respeitar o sinal vermelho, não ceder passagem aos peões nas passadeiras e zebras, falar ao telemóvel enquanto se conduz, desrespeito pela sinalização, etc. Como é difícil recolher de imediato provas dos referidos actos irregulares e sancioná-los, os condutores começam a confiar na sorte e a adquirir maus hábitos de condução, o que só complica cada vez mais o ambiente rodoviário de Macau, prejudicando gravemente os direitos dos utentes das vias públicas. Para além disso, a falta de instalações e equipamentos de trânsito e a sua instalação inadequada e sem cientificidade são já como uma “doença crónica” que continua por resolver há muito tempo. É frequente ver zebras nas curvas, lutas pelas vias públicas entre peões e veículos, perturbação da visibilidade devido à altura das plantas, falta de iluminação em algumas vias públicas, falta de sinalização sobre a localização das zebras, passagens superiores e inferiores para peões, etc. No ano passado, o Governo afirmou que ia “elevar a segurança dos peões ao atravessar as ruas através da instalação de equipamentos rodoviários complementares de apoio, tais como, sinalização, sinais luminosos de alerta, equipamentos para controlo de velocidade, semáforos, etc., tendo em conta a situação do ambiente rodoviário”. Sabe-se que os residentes da Ilha Verde solicitaram várias vezes ao Governo a instalação de equipamentos rodoviários para salvaguarda da segurança dos peões no local onde ocorreu o referido acidente, no

entanto, o Governo menosprezou as solicitações dos residentes, e tudo acabou em tragédia.

É impossível evitar as calamidades naturais, mas os acidentes não. As infracções rodoviárias são sempre puníveis nos termos da lei, mas o mais importante é o rigor com que se punem os infractores e os efeitos dissuasores da lei. Já não podemos sacrificar mais vidas para alertar a sociedade no sentido da sua consciencialização sobre a segurança rodoviária. Solicito, aqui e veementemente, ao Governo, que reforce as punições para as infracções rodoviárias e que, com base nas mudanças decorrentes do desenvolvimento social e nas exigências dos residentes ao nível das suas deslocações, proceda a uma planificação científica e melhore os equipamentos de trânsito complementares, com vista a melhor distribuir os veículos e a separá-los dos peões. O Governo deve ainda aperfeiçoar o regime relativo à licença de condução, bem como rever as sanções previstas na “Lei do Trânsito Rodoviário” e introduzir o sistema de pontos, com vista a aumentar os respectivos efeitos dissuasores. Como o trânsito é cada vez mais complicado e os polícias não são muitos, solicito ao Governo que recorra, o mais possível, aos sistemas de videovigilância e que os espalhe por toda a cidade, tal como acontece nas regiões vizinhas, com vista a proteger melhor a segurança dos utentes. Em simultâneo, deve reforçar as campanhas de sensibilização sobre a segurança rodoviária junto de residentes e turistas, com vista a repor a ordem nas vias, fazendo assim todos os possíveis para evitar acidentes.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Sio Chi Wai.

**Sio Chi Wai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A questão que quero abordar hoje tem o seguinte tema: “Enfrentemos em conjunto os riscos e partilhemos os frutos de um futuro melhor”.

É difícil acabar com o problema das inundações e das suas grandes implicações para a vida da população. As zonas baixas e os pontos negros ficam inundados quando é grande a pluviosidade, prejudicando a vida dos lojistas e da população em geral. No mês passado, verificaram-se três inundações que deixaram residentes e PME bastante insatisfeitos. A Estrada Governador Albano de Oliveira, onde não se verificavam inundações no passado, também ficou alagada. Estes casos concretos chamaram a atenção da sociedade para a necessidade da criação de mecanismos de alerta, de contingência, de informação, e para o reforço da capacidade de drenagem. Foram também feitas interpelações e sugestões aos serviços competentes, para que fossem averiguadas as causas das inundações e aperfeiçoados os diversos mecanismos e planos de redes de esgotos. Há muito quem esteja insatisfeito com a falta de responsabilidade de vários serviços públicos, que chutam a bola de uns para os outros, por isso, espera-se que o Governo proceda, com a devida antecedência, a alertas sobre “catástrofes naturais” e incidentes imprevistos, entre outros assuntos ligados à vida da população, e que reforce a sua capacidade de resposta.

A fim de reflectir juntamente com a sociedade sobre estas situações, apresento as seguintes três opiniões:

1. Reforçar a capacidade de resposta e o sentido de risco dos

serviços públicos

O aquecimento global está na origem de variações climáticas extremas, tais como chuvas torrenciais, tufões, secas, terremotos e vagas de calor, situações que são cada vez mais graves e frequentes. A localização geográfica de Macau é relativamente vantajosa, mas mesmo assim não consegue escapar às influências das calamidades. É difícil prevenir e prever calamidades, como por exemplo, as três inundações registadas no mesmo mês. A pluviosidade registada nas duas primeiras chuvadas foi a maior desde 1982, e mesmo que a população entenda que há ainda margem para o Governo otimizar as medidas de contingência, sobretudo para resolver as consequências das chuvadas, inundações e tufões, não podemos negar os esforços despendidos pelas entidades competentes na mobilização imediata de pessoal para remediar os problemas. Só que os seus dirigentes devem proceder a uma revisão atempada dos mecanismos vigentes, no sentido de verificar se estes conseguem responder às actuais necessidades e, ainda, reforçar a capacidade de resposta do seu pessoal.

2. Adopção de medidas para prevenir e evitar problemas previsíveis

No espaço de um mês registaram-se três inundações, por isso, o Governo deve fazer um balanço dos trabalhos preparativos e da experiência adquirida, e pensar bem quais foram os erros, especialmente aqueles que mais implicações tiveram para a vida da população, por exemplo, a atenção dada à situação das fachadas dos edifícios antigos, das rampas, das montanhas e dos reclamos já mais antigos, a fim de evitar que a situação se agrave com a chegada das chuvas e tufões. O Governo deve também ouvir as opiniões da sociedade e alargar horizontes, a fim de melhorar os diversos mecanismos de resposta urgente e as medidas adoptadas; deve ainda proceder a um planeamento global para fazer face às situações de tufão, chuvas intensas e inundações. Quanto aos restantes problemas sociais, o Governo deve também alargar horizontes e assumir uma visão prospectiva, de modo a prevenir e evitar, atempadamente, problemas que são previsíveis. A atempada prevenção e adopção de mecanismos contribuirão para resolver o agravamento dos problemas.

3. A construção conjunta da sociedade beneficia o desenvolvimento sustentável de Macau

No passado, quando Macau era confrontado com grandes problemas sociais, como por exemplo, calamidades naturais, o espírito de ajuda mútua entre a vizinhança era demonstrado, dava-se muita importância ao relacionamento entre os vizinhos, as relações entre as pessoas eram harmoniosas e os vários estratos sociais comunicavam entre si, com vista a apoiar o Governo nos seus trabalhos. Porém, com o desenvolvimento económico e social, essa relação harmoniosa entre vizinhos esmoreceu e a sociedade está cada vez mais dependente do Governo para a resolução dos problemas. Esta dependência dificulta a construção da sociedade, a manutenção da sua ordem e a promoção do seu desenvolvimento, portanto, é necessário contar com o esforço dos diversos sectores da sociedade.

Para além disso, durante o processo de construção da sociedade, há que ponderar também sobre a posição e função do Governo. A sociedade espera que este desempenhe o seu papel de “Governo onipotente e que tudo faz”, mas ao mesmo tempo acusa-o do aumento incessante do número de funcionários. Não será isto uma contradição?

Quando estamos perante problemas graves, devemos resolvê-los em conjunto com o Governo, em vez de reclamar e criticar. É que criticar e ser populista não favorece o desenvolvimento sustentável e estável da sociedade. Em conjunto é que podemos construir um futuro melhor, e isso exige esforços e apoio da sociedade. Não podemos depender apenas do Governo. Criticar sem apresentar sugestões só vai levar à destruição da harmonia social e afectar gravemente o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

Obrigado.

**Presidente:** Sra. Deputada Chan Mei Yi.

**Chan Mei Yi:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ontem, 10 de Junho, o Governo publicou, em Boletim Oficial, o Regulamento Administrativo n.º 12/2013, relativo ao “Plano de apoio a jovens empreendedores”. Concordo perfeitamente com a criação do referido Plano, a fim de incentivar e apoiar os jovens empreendedores, mas podemos detectar que contém vários aspectos que ainda não estão bem esclarecidos, por exemplo, o artigo 14.º, que determina: “A Comissão de Apreciação, após a análise do processo de candidatura, emite parecer vinculativo sobre a concessão, ou não, da verba de apoio”. Mas que fundamentos servem de base a esta concessão? Todos os pedidos que satisfazem os requisitos terão direito à concessão da verba de apoio? O limite máximo do montante desta verba é de 300 mil patacas. Quais são os critérios adoptados para a definição deste montante? A referida verba de apoio é concedida pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, então, o Governo dispõe de orçamento suficiente para o efeito? De acordo com os dados dos censos de 2011, a população com idade compreendida entre os vinte e os trinta e nove anos totaliza cento e cinquenta e quatro mil e duas pessoas, se todas apresentarem pedidos, é possível atingir-se os quarenta e seis mil milhões de patacas. Esta é apenas uma suposição, mas o Governo tem de dispor de dotações suficientes. Quanto a esta questão, espero que o Governo possa, através de esclarecimentos ou disposições complementares, efectuar os trabalhos de forma pormenorizada e transparente.

Por outro lado, gostaria ainda de transmitir ao Governo duas opiniões sobre o apoio financeiro aos jovens empreendedores. Em primeiro lugar, o Governo deve ponderar um método para melhorar as políticas complementares a este apoio. Por exemplo, a maioria da sociedade comenta que o Governo demora muito tempo a autorizar uma licença de funcionamento. Assim, espero que o Governo possa melhorar e aumentar a eficácia do procedimento de autorização das licenças de funcionamento e do seu mecanismo, pois não devemos desperdiçar tempo e dinheiro, desnecessariamente, por estarmos à espera.

Em segundo lugar, o Governo deve dar prioridade às autorizações, nomeadamente, para as indústrias criativas, e aos planos de empreendimento inovador com alguma tecnologia, sendo que aquelas devem ser reguladas claramente no pedido dos requerentes, pois isto poderá ter um efeito condutor para o desenvolvimento da economia de Macau.

O dispêndio do erário público no “Plano de apoio a jovens empreendedores” é um óptimo meio para os ajudar a desenvolver-se. Assim, espero que os respectivos Serviços Públicos ponderem que seja feita uma avaliação pública das autorizações, e que os apoios

sejam justos, prevenindo que, por negligência, esta “ótima ideia se transforme em mais queixas da população”.

Obrigada.

**Presidente:** Sr. Deputado Lau Veng Seng.

**Lau Veng Seng:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Segundo os dados estatísticos, menos de 20% da população activa de Macau frequentou cursos do ensino superior e a maioria tem habilitações ao nível do ensino secundário, ou apenas primário. Ou seja, de uma forma geral, o nível de ensino não é elevado. Quanto à classificação profissional, a maioria são trabalhadores de escritório e do ramo de serviços e vendas. Os profissionais qualificados ocupam, meramente, 4,2% da população activa, ou seja, o penúltimo lugar, o que merece a nossa ponderação! Os níveis de conhecimento e o profissionalismo dos recursos humanos da população activa são relativamente baixos e, além disso, os tipos desses recursos são pouco diferenciados, pelas restrições registadas devido à baixa diversificação sectorial de Macau.

Para elevar os níveis de conhecimento geral da população de Macau, nos últimos anos, o Governo lançou diversas medidas, respectivamente, nos ensinos superior, não superior, especial e contínuo, tendo implementado, em 2007 e 2008, 15 anos de escolaridade gratuita, dando, sem dúvida, um importante passo para elevar os níveis de conhecimentos básicos da população. O “Planeamento para os próximos dez anos para o ensino não superior de Macau” consiste na definição de um plano educativo, de leis e regulamentos sobre o sistema educativo, de programas de estudo, de habilitações literárias mínimas exigidas aos professores, de instruções para os cursos e de apoio às escolas na avaliação internacional, assim como na criação de uma base de dados dos recursos humanos, medidas essas que poderão contribuir para elevar a qualidade do ensino em Macau.

No entanto, como o rumo do desenvolvimento de Macau assenta na promoção da diversificação adequada da sua economia, no futuro, é previsível uma procura de recursos humanos que, para além de elevada formação académica e habilitações profissionais, tenham, simultaneamente, capacidades diversificadas. Veja-se a actual política educativa de Macau - a ideia é a atribuição à maior parte dos jovens de oportunidades para ter acesso à educação. Então, com base na actual política educativa, como é que se vai permitir que os estudantes passem a ter capacidades mais diversificadas e profissionais, através do aperfeiçoamento do actual regime de educação? Eu creio que isto é o sentido e a meta para a futura reforma educativa de Macau.

A formação e a optimização dos recursos humanos, como força motriz do desenvolvimento sustentável da economia, com vista à criação de um mercado eficiente, harmonioso e competitivo, dependem das boas mudanças e do bom desenvolvimento, bem como do respectivo nível a atingir, que o Governo queira proporcionar à nova geração, aquando da definição do planeamento da educação. Alguns países ou regiões pretendem formar pessoal para satisfazer as necessidades da sociedade, por isso, exigem que os alunos se desenvolvam através da aprendizagem de uma determinada área profissional ou de uma determinada técnica. Outros países fazem o contrário e centram-se em inspirar os alunos e em orientá-

los, permitindo-lhes uma aprendizagem flexível e um desenvolvimento livre. Por outras palavras, o sistema e as modalidades da educação de diversas regiões influenciam, directamente, a formação cultural e o nível de conhecimentos dos seus cidadãos, bem como a opção por determinada habilitação profissional e técnica. Macau deve ou não ter como referência o sistema educativo de outras regiões? Esta questão ainda está à espera de estudo e de discussão. Por outro lado, face à internacionalização gradual da sociedade de Macau, o sistema e as modalidades da educação também devem ter tendência para se conjugarem com o nível mundial. Numa visão prospectiva, tendo em conta o posicionamento económico e a cooperação regional, Macau vai continuar a manter um desenvolvimento rápido, o que irá agravar a falta de recursos humanos, pelo que o futuro desenvolvimento económico de Macau terá que contar com o contributo conjunto dos recursos locais e do exterior. A sociedade deve orientar os jovens para uma nova mentalidade, numa visão prospectiva, de modo a criar uma equipa local competitiva. Assim, proponho que, na presente etapa, se altere, em primeiro lugar, a forma pedagógica relativamente conservadora de Macau, assim como a modalidade de educação que assente na transmissão de conhecimentos, contudo, a educação deve enfatizar o desenvolvimento da potencialidade dos alunos, por isso, sugiro que seja tomada como referência e introduzida uma forma de educação que possa inspirar eficientemente o pensamento dos alunos, incentivando-os a encarar as coisas novas e elevando a sua capacidade de liderança. Quanto aos professores, que desempenham a função de chaves para abrir a potencialidade dos alunos, a respectiva qualidade é muito importante e a equipa educativa de Macau, no futuro, para além de ter de dispor de conhecimentos profissionais, também deve possuir a capacidade de liderar o desenvolvimento do pensamento dos alunos e de encorajá-los rumo a aprendizagens diversificadas; por fim, gostaria de dizer o seguinte: é inevitável a concorrência e a sobrevivência do mais apto na realidade da vida, por isso, os jovens devem ser corajosos para aceitar os desafios, fortalecer a concepção do mundo e estabelecer uma visão internacional. Sugiro que lhes sejam dadas mais oportunidades de intercâmbio e de cooperação com alunos no exterior, por exemplo, através da criação de mais projectos de intercâmbio no Verão, da constituição de grupos para participarem em concursos com alunos de diferentes países, por forma a saber o seu nível de conhecimentos e as suas formas de tratamento dos assuntos, alargando a visão para elevar a respectiva capacidade de concorrência e para os adaptar melhor aos desafios futuros, a fim de constituírem uma força para impulsionar o desenvolvimento de Macau.

Obrigado.

**Presidente:** Sra. Deputada Ho Sio Kam.

**Ho Sio Kam:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A intervenção que apresento hoje tem o seguinte tema: “Inspecção de todas as instalações de transporte e o reforço da sensibilização da segurança rodoviária”.

Ocorreu, há dias, um grave acidente de viação na Avenida do Conselheiro Borja, em que um jovem estudante, ao atravessar a zebra, foi atropelado por um camião, tendo tido morte imediata. As diversas forças sociais limitaram-se a lamentar o trágico acidente, mas essa lição paga ao preço de sangue não é mais do que um toque a rebate, pondo em exposição os perigos, em termos da segurança

rodoviária.

A densa circulação de pessoas e veículos verificada na Avenida do Conselheiro Borja, enquanto via principal de acesso à Ilha Verde e de ligação entre os Bairros do Fai Chi Kei e Tamagnini Barbosa, é, pelo menos, um dos factores geradores de acidentes de viação, daí que as escolas e as associações dos moradores reclamem, há anos, a instalação de semáforos e de lombas nos cruzamentos, de forma a salvaguardar a segurança da vida da população idosa e escolar das redondezas. Só que as autoridades não o entendem assim, alegando, como justificativa para a não instalação de lombas, o facto de a entrada e saída do autocarro, da paragem instalada nas proximidades da zebra, já por si obrigar o veículo que se lhe segue a abrandar a velocidade. Assim, nenhuma medida foi adoptada, logo, a culpa recai sobre as autoridades que têm uma responsabilidade indeclinável sobre a matéria. A meu ver, acho que as autoridades devem aferir, de imediato, a segurança oferecida pelas actuais instalações, especialmente as que se encontram nas proximidades dos estabelecimentos de ensino, bem como recolher, através de contactos directos, as opiniões dos seus responsáveis, de forma a introduzir os devidos ajustamentos.

O problema do trânsito tem vindo a agravar-se, nestes últimos anos, tendo o número de acidentes de viação atingido, em 2012, a casa dos 14 688, o recorde dos últimos 10 anos. É também sinal da fraca consciência dos utentes das vias públicas relativamente à segurança. Férias de Verão à porta significam época de viagem próxima, portanto, as acções de divulgação e sensibilização sobre a segurança rodoviária devem ser feitas, quanto antes, por serem uma tarefa premente e relevante, devendo incidir, na minha opinião, sobre o seguinte:

#### 1. Inovação na forma de sensibilização

Actualmente, o Governo eleva a consciência da segurança rodoviária dos cidadãos, principalmente, através de actividades integradas numa Campanha de Sensibilização Rodoviária. Esta campanha, de curto prazo e intensiva, pode sensibilizar os cidadãos para a segurança rodoviária. No entanto, na falta de um mecanismo permanente relativo a divulgação e sensibilização, o seu âmbito não é amplo, por isso, os cidadãos não estão muito atentos nem dão muita importância à segurança rodoviária. Acho que o Governo deve alterar a actual forma de divulgação e adoptar outra mais personalizada e específica para a sensibilização e educação, a fim de os respectivos trabalhos serem realizados de forma mais generalizada. Já se passaram seis anos desde a entrada em vigor da Lei do Trânsito Rodoviário, no dia 1 de Outubro de 2007, e um dos seus importantes princípios legislativos é garantir a segurança rodoviária e elevar a consciência de respeito pela lei. No entanto, o Governo não realizou actividades suficientes para divulgar o espírito da legislação e os principais conteúdos desta lei, nem avançou com medidas suficientes para incentivar os cidadãos a corrigirem os erros de utilização das vias públicas. Sugiro que o Governo promova o ensino da Lei do Trânsito Rodoviário a diversos sectores sociais específicos, designadamente, aos jovens estudantes, elevando a sua consciência de segurança e respeito pela lei. Por outro lado, deve utilizar os *media*, a *Internet* e os próprios sinais de trânsito, entre outros, para realizar uma divulgação mais ampla. É com actividades de divulgação e sensibilização que o Governo pode fazer a população compreender facilmente a lei e aceitá-la com facilidade. A par disso, ao divulgar a segurança rodoviária, o Governo deve também reforçar a execução da lei para criar um ambiente rodoviário seguro.

2. Optimização das instalações de transporte rodoviário, elevação da consciência dos condutores e peões quanto ao cumprimento da lei

Actualmente, em Macau, verifica-se, em muitos sítios, a falta de instalações de atravessamento para peões que tenham em conta o factor humano, o que diminui muito a vontade de utilização das passadeiras. As autoridades competentes instalaram, na proximidade das escolas, bandas em zebra e semáforos, aliás, durante as horas de entrada e saída dos alunos, enviam agentes para controlarem o trânsito em redor, mas, nessas zonas, não há placas com avisos ou *slogans* de sensibilização, nem equipamentos adequados para reduzir a velocidade das viaturas. Assim sendo, proponho às autoridades que aperfeiçoem, com a maior brevidade possível, os equipamentos das vias rodoviárias na proximidade dos pontos negros de tráfego e das escolas, por exemplo, através da colocação de *slogans* de advertência, da instalação de câmaras de videovigilância e de detectores de velocidade, etc. As autoridades competentes devem ainda enviar o seu pessoal, regularmente, para a promoção e educação na comunidade e nas escolas, por forma a fortalecer a consciência do cumprimento da lei. Durante os 5 primeiros meses deste ano, registaram-se 386 casos de condenação por não cedência de prioridade nas passadeiras para peões, o que significa que a consciência dos condutores sobre a segurança rodoviária ainda é fraca. As autoridades, para além de elevarem o nível de execução da lei, têm de implementar um sistema de reciclagem obrigatória para os condutores com várias infracções às normas rodoviárias, para corrigir radicalmente os seus erros no trânsito e elevar a sua consciência de cumprimento da lei e de cedência da prioridade.

Obrigada.

**Presidente:** Bem, já estamos há uma hora no período de antes da Ordem do Dia. Há pedidos para prolongamento? Ok...

Submeta-se a proposta de Ng Kuok Cheong a votação, para prolongar o período de antes da Ordem do Dia. Vamos à votação.

(Votação)

**Presidente:** Bem, não se deve prolongar mais do que uma hora.

Por favor, tem a palavra ao Deputado Ung Choi Kun.

**Ung Choi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Um aluno do 3.º ano de escolaridade, com 9 anos de idade, foi mortalmente atropelado por um camião, na semana passada, quando atravessava uma zebra na Avenida do Conselheiro Borja. Sobre este infeliz acidente, permitam-me, antes de tudo, endereçar as minhas condolências à família enlutada. Por ser a criança a alegria do lar, bem como a felicidade e o futuro da sociedade, há que evitar a repetição de casos congéneres, pelo que devem as autoridades, com seriedade, encarar o problema e rever a situação. Assim, aproveito para apresentar aqui as minhas opiniões e sugestões sobre a matéria, na esperança de contribuir para otimizar e levar a bom porto os trabalhos de gestão do tráfego, em prol da fluidez do trânsito e da salvaguarda da segurança da vida de todos.

1. Aferir a cientificidade da gestão do trânsito rodoviário

No programa radiofónico “Fórum Macau”, levantaram os residentes, várias vezes, os problemas de trânsito que afectam o local atrás referido, terminando sempre por apelar às autoridades para reforçarem a gestão e optimizarem os planos de trânsito e respectivas instalações complementares. Um dos residentes revelou até ter, nos últimos anos, presenciado quatro acidentes de viação não fatais nesse mesmo local, envolvendo crianças. Pelos vistos, aquele local tornou-se, há muito, num ponto negro de segurança. Mas, porque é que essas opiniões e sugestões ainda não despertaram a atenção das autoridades? Porque é que ainda não reviram a suficiência e a cientificidade das zebras, nem instalaram semáforos para otimizar as medidas de segurança? Em paralelo, porque é que não pensam em instalar um sistema de videovigilância, de forma a exercer controlo sobre os condutores? Por ser uma zona altamente movimentada, onde estão instaladas escolas, clínicas e centros de prestação de serviços sociais, em princípio, devia dispor de medidas mais completas e eficazes, nomeadamente, placas e sinais de trânsito, lombas, etc., para melhor garantir a segurança das crianças e dos doentes. Porque é que não dispõe de nada disto?

2. Avaliar o nível de consciencialização dos utentes das vias públicas sobre segurança rodoviária

A ocorrência de muitos acidentes rodoviários diz, absolutamente, respeito à negligência e ao confiar na sorte, por parte dos utentes das vias públicas, incluindo condutores e peões. Se se acrescentar a isto a falta de planeamento rodoviário e de instalações complementares, então, a execução sem rigor da lei incentivará mesmo os utentes das vias públicas a manterem esse espírito de confiar na sorte. O Governo deve, para além de melhorar o planeamento rodoviário e as instalações complementares, reforçar a consciencialização dos residentes quanto à segurança viária. Por exemplo, reprimir a utilização de telemóveis durante a condução, dar prioridade aos peões nas zebras e respeitar os semáforos. Segundo os dados disponíveis até Maio deste ano, 386 condutores foram autuados por não terem dado prioridade aos peões nas passadeiras, mas creio que estes dados representam apenas a ponta do icebergue. Por seu turno, uma observação *in loco* nas zonas das Avenidas de Artur Tamagnini Barbosa e de Almeida Ribeiro, da Praça Flor de Lótus e do Centro de Actividades Turísticas, permite perceber que tanto os visitantes como os residentes não estão devidamente consciencializados quanto ao cumprimento das regras rodoviárias, pois não aproveitam para atravessar nas passadeiras. Logo, é necessário reforçar a divulgação e também a educação, no sentido de reduzir a ocorrência de acidentes.

A questão do trânsito representa um grande problema para Macau. Com o constante desenvolvimento socioeconómico, as condições financeiras dos residentes melhoraram. Regista-se um aumento quanto à aprendizagem de condução e à aquisição de viaturas, as quais atingem mais de 220 mil em circulação, o que agrava ainda mais a pressão ao nível da gestão rodoviária. Pelo exposto, o Governo deve, considerando a actualidade social, proceder à definição de políticas e de legislação, optimizando a execução da lei e realizando acções de divulgação e de educação, com vista não só a elevar, em conjugação com os meios científicos e tecnológicos, a eficácia da execução da lei, mas também a salvaguardar a segurança dos residentes e dos visitantes.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A questão que quero abordar hoje tem o seguinte tema: “Porque é que o Governo não tomou iniciativa de melhorar as condições comerciais para as micro, pequenas e médias empresas?”.

Segundo os *media*, “as empresas de capital estrangeiro com capacidade financeira podem pagar rendas altas e conseguir os locais ideais para o negócio, ou seja, locais onde é maior o fluxo de passageiros; e as PME que pretendem continuar a operar ficam sujeitas a restrições decorrentes das instalações públicas. Então, como é que esta situação consegue convencer o público? Se em Macau apenas existir investimento estrangeiro, sem se contar com as PME e as microempresas locais, então, como é que é possível criar um ambiente típico e atrair turistas? Tendo em conta as calamidades e as transformações do nosso mercado, registadas no último ano ou mês, pode constatar-se que há toda a necessidade de melhorar o ambiente de negócio, não só para as PME, mas também em prol do desenvolvimento a longo prazo do nosso posicionamento.”. Segundo as previsões dos profissionais, as PME ligadas à restauração, venda de material escolar a retalho, etc., no espaço de um a dois anos, vão perder a sua posição no mercado! As lojas das principais avenidas e ruas de Macau vão ser progressivamente ocupadas por marcas internacionais e produtos de luxo, o que só vai agravar o fenómeno da subida contínua das rendas. Quando o “Starbucks” da praça do Leal Senado, zona onde são óptimas as condições para o negócio, afirma que “não consegue aguentar mais”, e vai sair, então, é fácil compreender as dificuldades das PME e microempresas locais, que para além disso, ainda lutam com problemas como os recursos humanos e o aumento dos preços dos produtos. Para além disso, não são beneficiárias de políticas e medidas de apoio do Governo. Vou citar o exemplo da Av. San Ma Lou e do Largo do Senado, espaços onde são melhores as condições de negócio e onde o Governo criou facilidades como o encerramento das vias nos feriados, embelezamento das vias públicas, zonas pedonais para compras, etc., tudo em prol da prosperidade do negócio das lojas daquela zona. No entanto, não adoptou medidas de benefício para as lojas situadas noutras zonas da cidade onde as condições para o negócio são menores, por exemplo, na zona da Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida e na zona circundante ao Mercado da Horta da Mitra, onde o negócio está cada vez pior. Isto só demonstra que o Governo não trata todos com igualdade.

Por exemplo, em finais de Maio do ano passado, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) notificou cerca de 40 prédios e lojas do Bairro Horta da Mitra, exigindo-lhes que retirassem os degraus das suas entradas no prazo fixado. Algumas lojas substituíram-nos por tijolos e tábuas de madeira, mas continuam a ser multados. Segundo alguns comerciantes da zona, após a remoção dos degraus, a altura entre a entrada das lojas ou dos prédios e as vias chega a atingir os 20 centímetros, o que acarreta inconveniências e perigos para os idosos e grávidas. Por outro lado, a colocação das sarjetas nas entradas das lojas também não é resultado de uma governação científica, pois embora estejam cobertas, continua o mau cheiro e no Verão podem surgir mosquitos, que facilmente podem causar Dengue, e tudo isto afecta o ambiente e a higiene naquela zona. E no tempo das chuvas, os moradores têm de andar no meio da água. Segundo peritos e académicos, o facto de não se instalarem passeios junto dos prédios e das lojas e a colocação das referidas sarjetas são tudo falhas, então, isto é que é governação científica? O Governo deve corrigir, quanto antes, todas estas falhas.

Os residentes questionam-se, então, porque é que podem ser instalados passeios na Avenida de Almeida Ribeiro e isso não causa nenhum problema ao planeamento, enquanto no caso do Bairro Horta da Mitra existem tantos obstáculos à instalação de passeios? A omissão dos dirigentes já aumenta os perigos para as deslocações e saúde dos moradores e dos comerciantes daquela zona, e demonstra também que o apoio às PME e a melhoria da qualidade de vida da população, preconizados pelo Governo nas LAG, não passam de letra morta, pois nada foi concretizado! Esta situação já afecta directamente as condições de exploração das PME e a saúde dos moradores da referida zona, mas os serviços competentes e os dirigentes continuam a afirmar que actuam sempre conforme a lei, quando, de facto, não fazem nada. Será esta atitude do Governo resultado dos princípios “ter por base a população” e “governação científica”?

Sendo assim, tendo em conta a actual situação das lojas na Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida e, especialmente, as das zonas circundantes ao Bairro Horta da Mitra, solicito às autoridades responsáveis que satisfaçam as exigências dos cidadãos, e que prestem atenção ao espaço de sobrevivência das PME e microempresas locais. Como todos sabem, estas empresas também contribuem bastante para o desenvolvimento económico de Macau e desempenham um papel estabilizador na sociedade. O Governo deve prestar atenção a estas empresas, definir políticas de apoio adequadas, criar um verdadeiro ambiente de negócio nas zonas menos movimentadas, ou até sem movimento, criar instalações públicas e otimizar as instalações complementares existentes, a fim de garantir que o espaço de sobrevivência destas empresas não seja invadido. Por outro lado, não deve implementar políticas demasiadamente favoráveis às empresas estrangeiras. Perante as dificuldades de exploração levantadas pelas lojas na zona do Bairro Horta da Mitra, os dirigentes devem deslocar-se a essas zonas para se inteirarem da situação e ouvir opiniões, com vista a ponderarem seriamente sobre a criação dum bom ambiente para o negócio. Os cidadãos solicitam ao Governo que proceda de imediato à repavimentação dos passeios, com vista a melhorar o ambiente, que evite tomar a mesma medida para todos os problemas e que esteja sempre a alegar que actua conforme a lei, devendo antes criar mais condições e ponderar sobre a adopção de medidas flexíveis para ajudar as PME e as microempresas locais a enfrentarem as suas dificuldades.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** O relatório de Auditoria de Resultados sobre o “Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros”, elaborado pelo Comissariado de Auditoria, revela os vários problemas existentes no âmbito da fiscalização por parte do Governo. Os membros do Governo não conseguiram dar respostas, e não foi criado um mecanismo independente para averiguar se existia conluio, nem se concretizou o regime de responsabilização dos dirigentes. Este caso veio afectar gravemente a integridade do Governo da RAEM.

O relatório revela vários problemas na fiscalização dos serviços de autocarros por parte do Governo, como por exemplo, as empresas de autocarros terem instalado sistemas de monitorização na Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, e esta ter destacado pessoal para proceder a acções de fiscalização *in loco*, mas mesmo assim, ainda se registaram situações de saídas a mais nas horas

normais e de circulação de autocarros vazios para receberem mais, suspeitando-se de conluio e cedência de interesses. Na perspectiva da população, isto é inaceitável.

No dia 6 de Junho do corrente ano, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas e o Director dos Serviços para os Assuntos de Tráfego prestaram esclarecimentos sobre o referido relatório, durante uma reunião à porta fechada, em sede de Comissão na Assembleia Legislativa. Durante essa reunião, referi que desde a entrada em vigor do novo modelo, há já 3 anos, a média de passageiros aumentou 23%, porém, tendo em conta as informações fornecidas pelo Governo no passado, um ano após o arranque do novo modelo de transportes públicos, o somatório dos quilómetros percorridos pelos autocarros aumentou 60%, e como todos bem sabemos, o pagamento destes serviços é calculado ao quilómetro. Ainda nessa reunião, perguntei qual tinha sido a percentagem do aumento da quilometragem durante estes 3 anos.

Infelizmente, o Governo não conseguiu dar uma resposta. Na verdade, no orçamento do Governo para o ano de 2013, as despesas com o serviço público de transportes colectivos de passageiros aumentaram de 684 milhões de patacas, no ano anterior, para 1 458 milhões de patacas, um aumento superior ao dobro!

Reitero que o Governo da RAEM deve criar mecanismos independentes de investigação, em vez de serem os serviços suspeitos de conluio ou cedência de interesses a procederem à sua auto-avaliação. Esta forma de avaliação só leva a população a criticar o Governo, e a acusá-lo de permitir que os suspeitos se aproveitem da situação para não serem responsabilizados.

Depois do surgimento deste caso, os membros da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego afirmaram, junto da imprensa, que não ponderavam pedir desculpas ao público, e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, enquanto titular de um cargo principal, também não prestou esclarecimentos a nível político. O Chefe do Executivo deve então avançar com a aplicação do regime de responsabilização!

**Presidente:** Sr. Deputado Au Kam San.

**Au Kam San:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Em “vésperas” da sua retirada, a Administração Portuguesa de Macau celebrou com a TV Cabo, livre de concurso público e sem consulta prévia, um contrato de concessão por 15 anos, concessão esta contrária aos ventos que então sopravam a nível mundial – a liberalização das telecomunicações. Surgiu assim o problema que tem vindo a afectar a população ao longo de mais de dez anos, devido à supressão frequente de canais televisivos a que tinha acesso. Há dias, o Tribunal de Segunda Instância (TSI) deu provimento ao recurso apresentado pela TV Cabo, por entender que os serviços de retransmissão de sinais televisivos, assegurados há décadas pelos anteneiros, violam os direitos da TV Cabo, tendo como conclusão a suspensão daqueles, no prazo de 90 dias. Trata-se, sem dúvida, de um atentado ao direito de acesso a sinais televisivos por parte de cerca de 100 mil famílias.

No acórdão, foi também alvo de crítica a inércia da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações (DSRT), pois, na verdade, esta não tem sabido, ao longo dos anos, gerir com eficácia o

conflito entre os anteneiros e a TV Cabo, situação agravada pelo facto de não ter acatado as recomendações e as sugestões apresentadas no relatório do Comissariado Contra a Corrupção (CCAC). Assim, o Governo deve pedir a efectivação das responsabilidades a quem de direito pela negligência da DSRT.

É certo que a decisão do Tribunal de Segunda Instância tem fundamento, porque este órgão deve apenas seguir a legislação para proceder à decisão, não devendo tomar em consideração outros factores. Mas o problema é: quem provocou esta situação? Que se saiba, na década de setenta, em todos os edifícios estavam instaladas antenas de televisão, mas, mesmo assim, a qualidade da imagem transmitida não estava assegurada. No entanto, após o funcionamento dos serviços de antena comum, ao longo destas dezenas de anos, os residentes passaram a receber programas televisivos a preço módico. Pouco antes do retorno de Macau à Pátria, a Administração Portuguesa de Macau celebrou, de forma algo repentina e sem a realização de consulta ou concurso público, o contrato de concessão de serviços directamente ligados à vida da população, em exclusivo, à TV Cabo Macau, pelo período de 15 anos, de 22 de Abril de 1999 a 21 de Abril de 2014. Como este contrato inclui o serviço terrestre de televisão por subscrição, de imediato, o fornecimento de serviços pelos anteneiros passou a ser ilegal. Então, a partir dessa altura, deu-se início a um conflito de 14 anos, entre a TV Cabo e os anteneiros, o que prejudica o direito de os residentes acederem a programas televisivos transmitidos gratuitamente.

Enquanto os outros países estão cada vez mais liberalizados, Macau continua a ter problemas com os monopólios. O caso mais impressionante é o do serviço prestado pelos anteneiros, pois, normalmente, por algumas dezenas de patacas por mês (na maior parte dos casos, a verba já está incluída na despesa de condomínio) pode-se obter os canais de TV com boa qualidade. Se este serviço for monopolizado, a empresa concessionária vai disponibilizar um serviço quase igual, mas o preço já poderá ser dez vezes maior. Isto é, apesar de estarmos na era da abertura do acesso à informação, em vez de se pagar apenas algumas dezenas de patacas, vamos ter de pagar um preço dez vezes superior, ou ainda mais, para obter o respectivo serviço. Este facto demonstra uma inversão da tendência mundial, que é a liberalização deste tipo de serviço, o que afecta gravemente os interesses dos nossos consumidores.

Tudo isto se deve à passividade da DSRT, isto é, desde a sua criação, em 2006, não procedeu ao devido acompanhamento e resolução dos problemas, o que originou sucessivas situações de risco. A DSRT, como serviço público específico dessa área, deve compreender que o contrato de exploração exclusiva celebrado irracionalmente vai prejudicar os direitos e interesses dos consumidores, e criar conflitos que não podem ser resolvidos através de uma reconciliação com os anteneiros. A DSRT tem vindo a assumir uma postura de “avestruz”, ou seja, a enfiar a cabeça na areia sem encarar o problema, e até a ignorar as fortes críticas e as recomendações do CCAC. Sabe-se que a raiz do problema assenta principalmente no contrato de exploração exclusiva, celebrado na época da administração portuguesa. Mas, ao longo de 14 anos, o Governo da RAEM não conseguiu resolver o problema em causa. Assim, não se deve atribuir culpas ao ex-Governo, visto que não pode a DSRT de forma alguma esquivar-se das suas responsabilidades. Segundo a sentença do Tribunal de 2.ª Instância, no prazo de 90 dias, os anteneiros têm que suspender a transmissão de sinais televisivos. Se isto acontecer, o Governo da RAEM vai ser, de certeza, alvo de críticas. Face à passividade da DSRT, o problema

não se resolve automaticamente. Se mais de 10 mil famílias não conseguirem ver televisão, devido à passividade dos serviços competentes, ou se tiverem que pagar o dobro para conseguir isso, então, como é que o Governo vai penalizar-se a si próprio?

Na verdade, foi na véspera da sua saída que o Governo português de Macau por erro (propositado ou não) concedeu àquela empresa concessionária a exploração em regime de exclusividade desses serviços, enterrando esta “bomba” no subsolo. Ao nível jurídico, os efeitos desta “bomba” são difíceis de atenuar e, assim sendo, a única forma de resolução é “desfazer a bomba” o mais rápido possível. Tendo em conta o prazo do contrato, ou seja, os poucos meses que faltam para o seu termo, o Governo deve, de imediato, negociar com a referida empresa, para, através de um preço razoável, reaver o direito de exclusividade, em prol da resolução desta questão e da salvaguarda do direito de os residentes continuarem a adquirir o serviço por um preço relativamente baixo.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Chan Wai Chi.

**Chan Wai Chi:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Na sua obra *L'Ancien Régime et la Révolution*, o académico francês Alexis de Tocqueville aborda uma questão que merece a nossa ponderação: durante o reinado de Luís XVI prevalecia a antiga monarquia, e porque é que essa prevalência acelerou a chegada da revolução?

Para responder a esta pergunta, podemos tomar como referência o académico da Dinastia Qing, Zheng Guanying, quando este afirma, na sua obra intitulada “Sheng Shi Wei Yan”, que “a qualidade dos governantes é determinante para a qualidade da administração”. Este académico elenca, directamente, as características dos governantes medíocres: “Todos os maus governantes sabem como ficar impunes e manter a corrupção; dedicam-se a todo o tipo de más acções, sem nada contribuírem para o bem-estar da população; cobiçam a riqueza do Estado e exploram a população; quando conseguem agradar aos seus superiores, e assegurar os elogios de colegas, passam a não temer nada, nem sequer as críticas da população, não tomando em consideração nem a mercê do monarca, nem o descontentamento do povo; e depois de assumirem cargos de governação, em pouco tempo, ou seja, ao fim de dez anos, estão ricos, através da prática de corrupção, mas mesmo assim conseguem os elogios dos seus superiores e dos colegas, como se de governantes competentes e aptos se tratasse. E a população explorada, não obstante o seu grande descontentamento, não se atreve a manifestar a sua insatisfação e não tem qualquer outra alternativa senão aceitar.”.

Após a transferência de soberania, graças à liberalização do jogo e à implementação da política de visto individual da China, as receitas financeiras da RAEM aumentaram. Os altos dirigentes são dependentes e preguiçosos no que respeita à procura de soluções, os “senhores do poder” desconhecem os problemas que afligem a população, as montanhas são destruídas, os preços dos produtos são elevados e há falta de capacidade governativa. Houve um Secretário que foi preso por corrupção e, entretanto, alguns dirigentes e chefias também já foram alvo de acusação. Então, como é possível promover um Governo transparente?

O Governo gastou milhares de milhões de patacas no serviço de autocarros, mas a sua falta de fiscalização levou a desperdícios do erário público, por isso as queixas dos residentes não param. As construções urbanas parecem em bom estado, mas bastou uma chuva intensa para inundar a cidade. As políticas sobre a habitação, terras e planeamento urbanístico, estão bastante desactualizadas, as rendas e os preços dos imóveis mantêm-se elevados, dando origem a verdadeiros escravos das casas, e os preços dos produtos também se mantêm elevados devido à situação de oligarquia. Para além da distribuição de dinheiro, de que outras medidas dispõe o Governo para atenuar as dificuldades da população?

É possível que este seja o momento em que Macau conseguiu mais receitas e a sua economia mais se desenvolveu, mas porque é que a pressão sobre as classes sociais mais baixas só aumentou e nunca chegou a ser atenuada? Ao contrário, porque é que a capacidade governativa dos nossos altos dirigentes só está a piorar? O regime de responsabilização dos altos dirigentes produziu os devidos efeitos? Ou será que não serve para nada?

Deve ser dado cumprimento a este regime, senão o relatório das LAG não serve para nada.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Tong Io Cheng.

**Tong Io Cheng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome dos Deputados Tsui Wai Kwan e Vong Hin Fai.

É responsabilidade do Governo definir um plano a longo prazo para a RAEM. Por exemplo, nestes últimos tempos, o Governo avançou com uma análise, no pressuposto da prevalência dos interesses da sociedade, sobre o método para formar mais talentos, com vista à diversificação da economia. Apoiamos o Governo e não estamos de acordo com algumas das declarações proferidas, nas quais este é acusado de estar a usar a técnica de “deixar escapar algumas informações” para “ver as reacções da sociedade”. De facto, com vista a que as decisões sejam científicas, democráticas e participadas pela população, emitindo opiniões úteis para a definição de políticas, o Governo nunca assume uma posição, espera antes pela discussão da sociedade.

As políticas são importantes para a gestão pública e um meio para defender o interesse público. O desenvolvimento e o progresso da sociedade estão directamente relacionados com as políticas certas ou erradas. Uma das etapas mais importantes para a implementação de políticas certas é a relação entre três factores: as decisões científicas e democráticas, a garantia de que a implementação das políticas que é a correcta, e a meta para a governação democrática.

A premissa para a decisão científica é a democratização da decisão, incluindo: 1) Discussão interna entre os dirigentes; 2) Conformidade entre as políticas e a opinião da população; 3) Participação da população no processo de definição das políticas; 4) Consulta das opiniões e análises dos peritos e académicos. As decisões políticas científicas devem incluir: 1) A regulação do procedimento de decisão; 2) A análise da aplicabilidade da decisão; e 3) A conformidade entre a decisão e os interesses da maioria da população.

Numa sociedade moderna, o Governo tem de ter consciência do significado da governação científica e democrática. O Governo de Macau tem dado sempre grande importância às referidas questões, tendo-se esforçado por construir um Governo transparente. Com vista à governação científica, foram feitos esforços para a criação de mecanismos que permitam um conhecimento aprofundado da vida da população e a recolha das suas opiniões, e foi ainda criado, em 2011, o Gabinete de Estudos Estratégicos. Através de mecanismos científicos como a realização de inquéritos, estudos, consultas e debates, aquele Gabinete tem recolhido as opiniões da sociedade, dos académicos, dos especialistas e da população, juntando os esforços de todos para, com objectividade, analisar e estudar os problemas numa perspectiva profissional e prospectiva, tendo em vista a definição de medidas adequadas ao desenvolvimento socioeconómico de Macau e aos interesses da população. Noutros países também existem gabinetes de estudo que desenvolvem estudos estratégicos e aos quais cabe proceder à recolha de dados e informações para os órgãos de decisão, através de trabalhos de consulta, estudos e debates, apoiando assim os respectivos Governos na definição das suas políticas. Esses gabinetes de estudo desempenham um papel importante no que respeita à definição científica das políticas e à democratização.

Na recente auscultação sobre a política demográfica, há quem entenda que a angariação de pessoas que conheçam melhor a situação de Macau é uma das soluções para a resolução do problema da falta de recursos humanos. Após a consulta dos diplomas que definem os requisitos e condições para a fixação de residência em Macau por parte de pessoas qualificadas, verifica-se que o estudo que o Governo efectuou se limitou à discussão sobre como otimizar as políticas já adoptadas. O Governo referiu que a questão estava ainda em fase de análise, e que a sua solução exige inovação, novas formas de pensar e o apoio das experiências adquiridas, e das ideias úteis e sabedoria da população. Ou seja, há que aferir se a formação dessas pessoas qualificadas consegue responder às necessidades do nosso desenvolvimento social, há que aumentar as oportunidades de emprego e reforçar a competitividade dos nossos cidadãos, mas sempre com base na premissa da garantia do seu emprego e da criação de mais oportunidades para progredirem na carreira. Uma vez que o Governo assumiu uma atitude de abertura para discussão desta matéria, com vista à concretização dos conceitos constantes das LAG sobre a democratização política, espero que todos os sectores sociais assumam essa mesma atitude de abertura para se poder discutir o assunto de forma racional e se apresentarem opiniões construtivas que possam servir de referência ao Governo, aquando da definição de políticas para o desenvolvimento sustentável da RAEM.

**Presidente:** Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

**José Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

No dia 25 de Abril do corrente ano, o Chefe do Executivo esteve presente neste hemiciclo para responder às perguntas dos Deputados.

Na altura referi que o caso das “10 campas” era o segundo maior escândalo da RAEM, por envolver um titular dum Principal Cargo da RAEM e vários dirigentes do Governo, todos constituídos arguidos.

Referi que o escândalo das “10 campas” se vinha arrastando

durante anos, quer no executivo, quer nos meios judiciais, por envolver um Titular de um Cargo Principal.

Referi também que os cidadãos de Macau são mais exigentes quanto ao perfil dos elementos da Comissão dos Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa quanto aos níveis elevados de integridade e ética profissional e lamentei o facto de terem sido escolhidos para a referida Comissão o Presidente do IACM, envolvido no escândalo das 10 campas, e um Director dos Serviços, que alegando ter muito trabalho em casa abusou dos seus poderes públicos, instalando na sua casa particular uma banda larga de 250M de uso ilimitado e serviço pago pelo erário público.

Decorridos menos de um mês e meio da minha intervenção neste hemiciclo, o Presidente do IACM solicita a exoneração do cargo de membro da Comissão dos Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa invocando motivos pessoais.

Contudo, os cidadãos têm perfeito conhecimento que o pedido de exoneração está directamente ligado com as suas funções de Presidente do IACM e não da Comissão dos Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa. Portanto, a forma honesta, responsável e correcta de proceder, teria sido o pedido de demissão do cargo do Conselho de Administração do IACM.

Porque foi no exercício das suas funções de Presidente do IACM que foi constituído arguido no processo relacionado com o escândalo das “10 campas”, na obstrução à justiça, ao demorar cerca de 40 dias para entregar documentos ao Ministério Público.

Esta demora na entrega dos documentos ao Ministério Público só foi possível com o conhecimento e o aval da Secretária para Administração e Justiça, também ela envolvida no escândalo das “10 campas”, cujo processo-crime corre trâmites no Tribunal de Última Instância, por ser Titular de um Cargo Principal.

Faço recordar que se encontra em vigor na RAEM o Estatuto dos Titulares dos Principais Cargos, publicado pelo Regulamento Administrativo n.º 24/2010, de 27 de Dezembro, cuja alínea 4) exige que os Secretários desempenhem fielmente as funções em que são investidos e que sejam honestos e dedicados para com o público.

Ora, a Secretária para Administração e Justiça foi desonesta quando, através da famosa Nota de Imprensa, de 10 de Agosto de 2010, afirmou que o Regulamento Interno de arrendamento perpétuo das campas esteve em vigor 2 anos, quando na verdade se provou que apenas teve uma duração prática de 7 (sete) dias.

Esta “mentira” colocou em causa a credibilidade e a imagem do Governo da RAEM, que devia ser bem protegida.

O n.º 3, do artigo 10.º, do Estatuto acima referido, exige dos Secretários elevado grau de integridade e imparcialidade, não permitindo qualquer tipo de tolerância.

Nos termos do n.º 2, do artigo 15.º, do citado Estatuto, a Secretária da Administração e Justiça devia assumir responsabilidades políticas pela violação grosseira destes princípios fundamentais, que preceituam taxativamente que os Titulares dos Principais Cargos devem assumir perante o Chefe do Executivo a responsabilidade relativamente ao insucesso verificado durante o processo de definição de políticas, bem como ao insucesso dos serviços ou entidade que sob a sua tutela, na execução de políticas

superiormente definidas. Neste caso, a responsabilidade na demora na entrega dos documentos do Ministério Público deveria também ser assumida politicamente pela Secretária para Administração e Justiça.

Portanto, a demissão do Presidente do IACM, do cargo de membro da Comissão dos Assuntos Eleitorais para a Assembleia Legislativa, descredibilizou e prejudicou a imagem do Governo, devendo o Chefe do Executivo assacar as responsabilidades do número 2 da hierarquia do Governo de Macau.

A não acontecer, que moral terá o Governo de exigir dos seus trabalhadores e dos seus cidadãos o cumprimento das leis em vigor, se os seus principais governantes podem abusar dos poderes públicos e continuarem impunes como se nada tivesse acontecido?

Para que servirá o Estatuto dos Titulares dos Principais Cargos da RAEM, e as Normas de Conduta dos Titulares dos Principais Cargos, quando na prática são quase “letra morta”, mais valendo revogá-los por desuso e inaplicabilidade?

Portanto, é pertinente, mais uma vez, perguntar ao Chefe do Executivo se é correcto afirmar: quanto mais elevado for o cargo público, maior será o grau de tolerância de irresponsabilidade, e o assumir de responsabilidades políticas e disciplinares? Muito obrigado.

**Presidente:** Bom. Sr. Deputado Vong Hin Fai.

**Vong Hin Fai:** Exmo. Sr. Presidente, peço a palavra de acordo com o disposto no artigo 61.º, do Regimento da Assembleia legislativa.

Com base no conteúdo do 8.º parágrafo, da intervenção do Deputado José Pereira Coutinho, no período de antes da Ordem do Dia, penso que a norma da alínea d), do artigo 4.º, do Regimento da Assembleia Legislativa, foi infringida. Eu interpreto assim, porque na alínea d), do artigo 4.º, estipula-se que os Deputados têm o dever de cumprir o Regimento e as deliberações do Plenário. Bem, uma das deliberações é o Regime da Legislatura e do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa, que foi deliberado na reunião plenária da Assembleia Legislativa. O seu artigo 38.º estipula que os Deputados têm o dever de observar rigorosamente e defender a Lei Básica e as leis vigentes na RAEM. As leis vigentes na RAEM incluem, claro, o dever de guardar o segredo de justiça, constante do artigo 76.º, do Código de Processo Penal, e do artigo 333.º, do Código Penal. Sinto que o conteúdo do 8.º parágrafo do discurso do Sr. Deputado José Pereira Coutinho, com base no fundamento que explanei mesmo agora, infringiu o dever de observar as deliberações da Assembleia Legislativa, constante da alínea d), do artigo 4.º, do Regimento da Assembleia Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente!

**Presidente:** Tem alguma explicação?

**José Pereira Coutinho:** Tenho, tenho...

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o segredo de justiça tem a ver com as pessoas que participam no respectivo processo e têm oportunidade de contactar o processo, incluindo os advogados, o Ministério Público, os juizes do sector de justiça, etc. Eu apenas expressei a minha opinião, tendo em conta a liberdade de expressão,

como Deputado, não tendo a ver totalmente com a extensão de reserva do segredo de justiça no sector da justiça. Eu apenas expressei a minha opinião. Claro, se hoje falei incorrectamente ou o que eu disse não é um facto, o Governo da RAEM pode esclarecer. Todos os cidadãos de Macau esperam que o Governo da RAEM possa esclarecer, hoje, o mais rápido possível, relativamente ao meu discurso proferido hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**Presidente:** Bem, nós não discutimos os discursos feitos no período de antes da Ordem do Dia. Se alguém tiver dúvidas, outros podem esclarecer.

Deste modo, termina o período de antes da Ordem do Dia.

Vamos esperar alguns momentos e entraremos no primeiro ponto da Ordem do Dia.

#### **(Entrada no hemiciclo do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U)**

**Presidente:** Bem, em nome da Assembleia Legislativa, dou as boas vindas ao Sr. Secretário e aos outros oficiais públicos que participam na sessão de hoje.

A ordem de trabalhos de hoje diz respeito à alteração do Anexo à Lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis.

Assim, pedimos ao Sr. Secretário Cheong para fazer uma apresentação do assunto. Faça o favor, Senhor Secretário.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Obrigado, Sr. Presidente!

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Recentemente, no Médio Oriente e em vários países europeus, surgiram casos esporádicos de novas infecções, através de coronavírus. Este é de uma estirpe diferente do coronavírus que causou uma situação grave de infecção respiratória em 2003. De acordo com a informação actual, a taxa de mortalidade da infecção do novo coronavírus é superior a 50%. Além disso, este vírus é resistente e pode-se transmitir entre pessoas através de contactos próximos. Portanto, o Governo espera alterar a Lista de Doenças Transmissíveis, anexada à Lei n.º 2/2004, Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis. Em Macau, se surgirem casos, suspeitos ou confirmados, de infecção respiratória grave associados ao coronavírus, serão adoptadas medidas de quarentena rigorosas em relação às respectivas pessoas, para evitar a difusão do vírus e assegurar a saúde dos cidadãos de Macau.

Sr. Presidente:

Se concordar, o Director dos Serviços de Saúde pode fazer uma apresentação mais pormenorizada.

**Presidente:** Muito bem. Faça o favor, Sr. Director Lei.

**Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion:** Obrigado, Sr. Presidente!

Ex.mos Srs. Deputados:

Vou explicar mais detalhadamente a alteração da referida lei, como se segue:

Em Setembro de 2012, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu um alerta mundial da ocorrência de dois casos de infeção respiratória severa que tiveram por agente causador um novo tipo de coronavírus, que é distinto do coronavírus causador dos surtos de infeção respiratória severa ocorridos na China Continental, Hong Kong, Taiwan e Singapura, entre outros países e regiões, no ano de 2003. Dois doentes infectados pelo novo tipo de coronavírus acabaram por falecer, contudo, naquele momento não existiam provas que evidenciassem que esta doença era transmissível entre pessoas. Posteriormente, registou-se a ocorrência sucessiva de casos dispersos de infeção pelo novo tipo de coronavírus no Médio Oriente e nos países da Europa. No início de Maio do corrente ano, a OMS confirmou pela primeira vez a ocorrência, no Leste da Arábia Saudita, de um conjunto de casos de infeção num estabelecimento de saúde em que pelo menos 22 pessoas contraíram a doença, incluindo dois profissionais de saúde, das quais 10 acabaram por falecer. Para além disso, no dia 6 de Junho, a OMS publicou outro relatório no qual se refere que foi realizada uma investigação retrospectiva da eclosão dum conjunto de infeções respiratórias severas ocorrida em Abril de 2012 num hospital na Jordânia, confirmando-se que 10 doentes, incluindo dois falecidos, tinham sido infectados pelo novo tipo de coronavírus.

Até 10 de Junho de 2013, o número de casos infectados pelo novo tipo de coronavírus aumentou para 55, a nível global, entre os quais 31 resultaram em óbito, representando uma taxa de letalidade de mais de 50%. Os países do Médio Oriente afectados abrangem a Arábia Saudita, o Qatar, a Jordânia e os Emirados Árabes Unidos. Existem também casos reportados na Alemanha, França, Grã-Bretanha, Tunísia e Itália. Todos estes casos têm relação directa e indirecta com os países do Médio Oriente.

Desde a emissão do alerta pela OMS em Setembro de 2012, os Serviços de Saúde têm apelado repetidamente aos trabalhadores de saúde dos estabelecimentos de saúde para se manterem em alerta relativamente à doença em causa, participando os casos suspeitos em tempo oportuno, bem como adoptando as medidas adequadas de controlo de infeção nos respectivos doentes.

As actuais informações evidenciam claramente que o novo tipo de coronavírus não ocorre ocasionalmente, ocorre frequentemente, sendo propagado entre pessoas através do contacto próximo, por isso, é imprescindível incluir nas doenças do grupo I da lista de doenças transmissíveis da Lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis a “infeção respiratória severa associada a outros coronavírus”, ou seja, a infeção respiratória severa associada a outros coronavírus não inclui a síndrome respiratória severa que tem o coronavírus como agente causador, mas sim outros tipos de coronavírus, tal como o novo tipo de coronavírus ocorrido no Médio Oriente (coronavírus da síndrome respiratória do Médio Oriente). A presente proposta de alteração é indispensável à adopção de medidas rigorosas de isolamento das pessoas suspeitas, ou confirmadas, de ter a respectiva doença, a fim de evitar-se a sua propagação.

Quanto às doenças do grupo I da lista de doenças transmissíveis, os médicos e as instituições médicas devem notificar os serviços de saúde logo que detectem os casos suspeitos e confirmados. A pessoa

infectada, ou suspeita de ter contraído doença transmissível deste grupo de doenças, ou em risco de contrair essas doenças, pode ser sujeita a medida de isolamento obrigatório pelos Serviços de Saúde.

Espero sinceramente que os Srs. Deputados apoiem esta alteração.

Obrigado.

**Presidente:** Muito bem...

O Chefe do Executivo pediu, através de uma carta, para tratar deste assunto utilizando o processo de urgência. Por isso, vamos deliberar em sessão plenária se vamos adoptar este processo de urgência. Depois de tomar essa decisão, entraremos na discussão na generalidade.

Quanto ao projecto de deliberação do Plenário em relação à adopção do processo de urgência para a aprovação desta proposta de lei, alguém quer exprimir a sua opinião?

O Sr. Deputado José Pereira Coutinho quer expressar a sua opinião? Porque o Sr. Deputado carregou no botão... Se o Sr. Deputado Chan Wai Chi... Se é a respeito do procedimento geral, sim, só pode pronunciar-se na discussão na generalidade.

Quanto à adopção do processo de urgência para a aprovação desta proposta de lei, alguém quer pronunciar-se? Não? Ninguém quer.

Vamos proceder à votação na generalidade do projecto de deliberação sobre a decisão da adopção do processo de urgência em relação à referida proposta de lei.

**(Votação)**

**Presidente:** Muito bem. Aprovado.

Agora vamos entrar na votação na especialidade. Vamos votar em conjunto os artigos 1º, 2º e 3º. Vamos votar.

**(Votação)**

**Presidente:** Muito bem. Aprovados.

Isto significa que é dispensado o exame na especialidade em sede em Comissão.

Agora vamos discutir na generalidade a proposta de lei intitulada “Alteração à lista de doenças transmissíveis anexa à Lei n.º 2/2004, (Lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis)”.

Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

**José Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Secretário,

Sr. Director e seus colaboradores:

Neste processo da alteração da lei, verifiquei, no 5.º parágrafo da apresentação, que a Organização Mundial de Saúde tem directrizes, exigindo a todos os países e regiões para tomar adequadamente

algumas medidas e tratar dos casos adequadamente. Gostaria de perguntar se para Macau, onde a população está a crescer e há muitos visitantes, o risco é muito grande.

Em segundo lugar, no que diz respeito a equipamento, teremos muitos e grandes obstáculos nos testes ou exames, tendo, nomeadamente, de se esperar muito tempo. Gostaria de perguntar se há algumas medidas para reduzir o tempo nos testes ou nos exames. Por exemplo, de momento, são necessários quase 3 meses para fazer uma TAC ou uma ressonância magnética. Também é necessário mais de meio ano para obter consulta para médicos especialistas. Face a esta situação, precisamos de reagir com urgência, a nossa Assembleia Legislativa tem de trabalhar com o Governo da RAEM de forma urgente. Mas o Governo da RAEM demora cada vez mais a aliviar a tensão, nomeadamente, os cidadãos de Macau estão cada vez pior, porque disse-se que é preciso muito tempo para fazer um exame, e demora-se muito tempo para poder ir a um médico especialista. Neste aspecto, o que é que se pode fazer para reagir rapidamente, como o Senhor Director disse anteriormente, quer nas consultas, quer nas urgências? Espero que possa resolver as questões, quer a nível de *hardware*, quer a nível de *software*.

Eu sei que o Governo tem feito um grande esforço. Agora há alguns médicos estagiários. Não sei quem são eles, eu espero que alguém possa explicar. Se realmente foi acrescentada mais mão-de-obra, que tipo de médicos são as várias dezenas de médicos estagiários? O que é que eles estão a fazer? De que modo é que eles podem ajudar? Em que situação é que estão? Em que tipo de escalão estão? Podem explicar melhor, para sabermos mais, e assim podermos cumprir as exigências da Organização Mundial de Saúde, quer em equipamento, quer em *software*?

Obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado José Pereira Coutinho:

O que estamos a discutir é a alteração ao Anexo à Lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis. Noutra ocasião discutiremos sobre o equipamento, *software*, médicos especialistas, consultas e urgências, porque estamos a tratar do assunto em processo de urgência. Não podemos despender tempo aqui. Os membros do Governo não precisam de responder a estas perguntas.

Faça favor, o Sr. Deputado Chan Chak Mo.

**Chan Chak Mo:** Obrigado, Sr. Presidente!

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Na realidade, a minha pergunta revela muita ignorância, porque eu ouço falar todos os dias, mas não compreendo o que é o coronavírus. Não estou nesta área, não sou do sector. Nas notícias falaram sobre o coronavírus, o Senhor Director pode explicar que tipo de vírus é este? Que diferença há em relação aos outros vírus? Se afectam algum órgão em especial, etc.? Eu gostaria de aprender mais, porque não sei nada destas coisas.

Obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado Chan Wai Chi.

**Chan Wai Chi:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Estamos a discutir esta proposta de lei através do processo de urgência, eu acredito que existe urgência e importância, quando o Chefe do Executivo assim o sugere. Eu próprio apoio que se adoptem medidas. Mas, apesar disto, tenho algumas perguntas e espero que a respectivas autoridades possa explicar:

Em primeiro lugar, na nota justificativa da proposta de lei referiu-se que já em Setembro de 2012 a Organização Mundial de Saúde tinha emitido um alerta global. Agora estamos em 11 de Junho de 2013, porque é que só agora estamos a discutir este assunto? Esta é a primeira pergunta.

Em segundo lugar, vamos comparar com outras regiões da Ásia. Conforme mencionou o Sr. Director dos Serviços de Saúde, o respectivo coronavírus surgiu principalmente no Médio Oriente, na França, na Alemanha e na Inglaterra. Como está a situação na Ásia? Não ouvi nada, quando o Sr. Director dos Serviços de Saúde fez a sua apresentação. Este novo coronavírus surgiu na Ásia? Quando a China Continental, Taiwan e Hong Kong, trataram deste novo coronavírus, que medidas é que tomaram? E hoje já chegámos a esta situação...

De seguida, será suficiente a inclusão deste novo coronavírus, no grupo I da lista das doenças transmissíveis, como é proposto nesta proposta de lei? Estamos a tomar medidas de prevenção suficientes no aeroporto? Quando as pessoas vêm do Médio Oriente, França, Alemanha, Inglaterra, Tunísia e Itália, fazemos um exame, ou teste especial, a cada um? Porque, mesmo que não tenha ocorrido uma grande transmissão entre seres humanos, este é um tipo de vírus com uma alta taxa de transmissão e de mortalidade. Se ocorrer na RAEM, causará um grande perigo para Macau, cuja economia se baseia principalmente no jogo e no turismo. Já nos preparámos para tomar medidas suficientes nas portas de entrada e saída dos postos fronteiriços, especialmente no aeroporto de Macau? Haverá controlo nestas áreas, enquanto locais onde prestar atenção? Gostaria de saber, além da inclusão na Lista e da discussão em processo de urgência, o que é que os respectivos departamentos vão fazer?

Obrigado!

**Presidente:** Sra. Deputada Chan Mei Yi.

**Chan Mei Yi:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Sr. Director:

Eu apoio esta proposta de lei. Mas gostaria de saber se é possível testar actualmente o novo coronavírus nos laboratórios existentes em Macau. Se surgir o coronavírus, quanto tempo demora para nós termos um relatório e sabermos se alguém tem esta doença? Gostaria de ter uma resposta a estas questões.

Obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Presidente,

Sr. Secretário,

Sr. Director:

Eu também queria fazer uma pergunta. O coronavírus de que falamos transmite-se através de pessoas, mas qual é o seu vector epidemiológico? Há alguns anos, quando surgiu a SARS, disse-se que a transmissão era feita através dos morcegos, alguns disseram que era através das *civet / paguma larvata*. Depois disseram que não. Se soubermos qual é o vector epidemiológico, será mais fácil prevenir? Gostaria de saber mais sobre isto. De onde é originário o novo coronavírus? Onde é que surgiu? Depois, pode infectar os seres humanos, pode transmitir-se entre pessoas...

Obrigado!

**Presidente:** Por favor, o Sr. Secretário Cheong ou o Sr. Director Lei responderão.

**Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion:** Obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente à pergunta do Deputado Chan, o coronavírus é classificado em muitas estirpes. Mas a maioria apenas causa doenças ligeiras, como a gripe. Mas agora há dois tipos que podem causar uma infecção respiratória grave. Um, é aquele que causou a SARS, em 2003, o outro, é este novo coronavírus, ou o chamado coronavírus do Médio Oriente. Estes dois tipos de coronavírus podem causar uma síndrome respiratória, provocando infecção respiratória. Mas muitos outros tipos de coronavírus podem causar sintomas como de gripe, a maioria pode.

Relativamente ao alerta da Organização Mundial de Saúde, em Setembro de 2012, e ao facto de nós só agora decidirmos alterar a Lista de Doenças Transmissíveis da lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis, de facto, em muitas regiões há esta Lista de Doenças Transmissíveis, assim como é obrigatória a sua declaração. Mas a competência para esta alteração é diferente. Em muitas regiões será alterada através do respectivo departamento administrativo. Por exemplo, em Hong Kong, em Setembro do ano passado, o respectivo Director dos Serviços de Saúde já atestou que era obrigatório declarar o novo coronavírus, assim como em Taiwan, onde os respectivos Serviços de Saúde têm competência para o declarar. Contudo, a nossa lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis, tem de ser alterada pela Assembleia Legislativa, portanto, temos de ter cuidado com esta alteração.

Além disso, em Setembro de 2012, a transmissão entre pessoas ainda não tinha sido verificada, com provas suficientes. Naquela altura, apenas tinham surgido dois casos, ainda que fossem graves. A doença surgiu de forma aleatória? Seria necessário aprovar na Assembleia Legislativa em Setembro a inclusão desta doença transmissível no Grupo I da Lista de Doenças Transmissíveis? Mesmo que este novo coronavírus tivesse entrado em Macau, ainda tínhamos os artigos 14.º e 32.º, antes desta alteração. Podíamos adoptar o artigo 32.º, da lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis e podíamos adoptar as respectivas medidas de isolamento. Em Setembro do ano passado ainda não existia o nome oficial, apenas se tinham verificado dois casos deste tipo de

vírus. Este tipo de vírus é o coronavírus, mas diferente do coronavírus de 2003. Por isso, no início já se chamava de novo coronavírus, mantendo-se a designação até agora. Também tem um novo nome, ou seja, coronavírus do Médio Oriente. Além disso, na Ásia não havia uma infecção do novo coronavírus, todos os casos se verificaram no Médio Oriente e na Europa.

Relativamente a medidas no aeroporto, as nossas medidas são suficientes contra a infecção do novo coronavírus. Ademais, a Organização Mundial de Saúde não sugeriu que se colocassem limitações à entrada de visitantes das regiões onde há casos do novo coronavírus.

No que diz respeito a testes, o Laboratório de Saúde Pública está capacitado para testar este novo coronavírus, precisando, provavelmente, de 6 horas.

Respondi a todas as perguntas?

**Presidente:** O vector epidemiológico...

**Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion:** Certo. De facto, desde 2003 e até ao momento, calcula-se que o coronavírus de 2003 usa a *civet / paguma larvata* e o morcego como vectores. Mas, até agora, não há qualquer ideia de qual é o vector do novo coronavírus.

Obrigado!

**Presidente:** Há mais algum Deputado que queria expressar a sua opinião? Se não há, vamos proceder à votação na generalidade.

**(Votação)**

**Presidente:** Muito bem. Aprovado.

Agora vamos proceder à votação na especialidade. Em primeiro lugar, vamos votar o artigo 1.º e o seu Anexo. Há alguém com dúvidas? Não há...

Vamos proceder à votação.

**(Votação)**

**Presidente:** Aprovado.

Há declarações de voto?

Terminámos a apreciação e a votação da proposta de lei.

Agradeço a presença do Sr. Secretário e dos membros do Governo no Plenário de hoje.

Vamos entrar no segundo ponto da Ordem do Dia.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

**(Saída do hemicycle do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U)**

**Presidente:** Bem, o segundo ponto da Ordem do Dia é uma proposta de debate, apresentada pela Deputada Kwan Tsui Hang, com o seguinte tema: “O Governo da RAEM deve criar, ou não, um

novo canal, separado do regime de importação de trabalhadores não residentes (TNR), para permitir que os estudantes do exterior que frequentam instituições de ensino superior em Macau possam aqui permanecer e trabalhar?”

Primeiro, vou passar a palavra à Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, para proceder à apresentação do assunto, em 5 minutos.

**Kwan Tsui Hang:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Por razões de interesse público, apresento ao Plenário da Assembleia Legislativa esta proposta de debate, com o seguinte tema: “O Governo da RAEM deve criar, ou não, um novo canal, separado do regime de importação de trabalhadores não residentes (TNR), para permitir que os estudantes do exterior que frequentam instituições de ensino superior em Macau possam aqui permanecer e trabalhar?”. Esta proposta de debate tem por fundamento a afirmação do Chefe do Executivo, Fernando Chui Sai On, aquando da participação na sessão de perguntas e respostas que ocorreu em Abril do corrente ano na Assembleia Legislativa, no sentido de que ia realizar estudos sobre a atracção e a absorção, ou não, de estudantes estrangeiros que frequentam instituições de ensino superior em Macau, a fim de estes aqui permanecerem e desenvolverem a sua profissão, por forma a complementar as necessidades de recursos humanos e de se atingir a diversificação da economia de Macau. Mais tarde, houve quem defendesse que a sociedade já tinha chegado a um consenso, reconhecendo-se que a fim de suprir as insuficiências de recursos humanos em Macau é necessário permitir que os estudantes que frequentam as instituições locais de ensino superior possam aqui permanecer e trabalhar. Face a isto, eu tenho muitas dúvidas. Neste hemiciclo, esta questão tem suscitado frequentemente opiniões pró e contra. De onde vem, pois, esse consenso?

Apesar de os serviços competentes terem afirmado várias vezes que este assunto ainda está em estudo, o certo é que, nestes últimos quase dois meses, têm vindo a surgir fortes reacções na sociedade. Não poucos jovens, trabalhadores pertencentes à camada de base, e pais de estudantes, se têm manifestado contra este assunto. Preocupam-se com a hipótese de o Governo, após permitir aos referidos estudantes, de forma especial, a permanência e o desempenho de funções em Macau, poder vir mesmo a admitir que estes adquiram a qualidade de residentes, o que, não só irá agravar a desordem já registada no mercado laboral, mas também retirará aos locais as oportunidades de emprego e de ascensão social!

Em seguida, o Chefe do Executivo esclareceu que a permanência dos referidos estudantes em Macau para aqui trabalharem não tem que implicar autorização de residência e que nem todos esses estudantes do exterior poderão aqui permanecer para trabalhar, frisando ainda que as medidas ligadas a esta matéria terão por pressuposto o evitar prejuízos aos empregos dos trabalhadores locais. No entanto, hoje em dia, existem canais que permitem a permanência e trabalho em Macau, assim sendo, se for criado um novo canal, isso tanto vai ter impacto nos actuais regimes de importação de TNR e de imigração, como não conseguirá ajudar as pequenas e médias empresas que necessitam de recursos humanos.

Face ao exposto, apresento a referida proposta de debate. Considerando que no hemiciclo existe uma grande diferença de entendimentos sobre esta questão. Nunca houve um debate entre os

defensores de diferentes opiniões. Venho lançar o referido assunto a debate, por considerar que a política que permite que os estudantes do exterior, que frequentam instituições de ensino superior em Macau, possam aqui permanecer e trabalhar, tem grande relevância no que respeita aos futuros recursos humanos, à política laboral e de emprego e, até mesmo, à política demográfica, para que toda gente possa expressar suficientemente a sua opinião. A questão crucial é que a política de importação de mão-de-obra tem sido lançada em Macau há mais de 20 anos, porque é que se quer criar mais um canal para os estudantes do exterior poderem permanecer em Macau?

Obrigada a todos!

**Presidente:** Agora vamos discutir. O tempo para a respectiva discussão é de 30 minutos. Cada Deputado tem 3 minutos para intervir. Quem quiser usar da palavra faça o favor de accionar o botão.

Senhor Deputado Tsui Wai Kwan, faça o favor.

**Tsui Wai Kwan:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este tema tem provocado uma discussão acalorada na sociedade. Todos os sectores e grupos de interesse têm expressado as suas posições e opiniões. Recentemente, a atmosfera da discussão começou a mudar de forma e conteúdo. Em todos os aspectos, a tranquilidade racional está misturada com algumas distorções irracionais, surgindo expressões como “experimentar e testar a temperatura da água”, etc. Tantas expressões negativas e falsas perturbaram as pessoas, porque sendo este um tema originalmente muito construtivo, agora foi politizado.

Só restam dois meses para o fim desta Legislatura. Estamos em véspera de eleições, com uma atmosfera política pesada. Se a Assembleia Legislativa proceder a um debate rápido, nesta situação tensa, relativamente à questão da permanência em Macau, para trabalhar, dos estudantes não residentes, será difícil chegar a resultados que estejam em conformidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Os exemplos do passado ensinaram-nos que quando se está cheio de ideias populistas é muito fácil tomar uma decisão errada. Como, anteriormente, algumas pessoas insistiram em que os *croupiers* tinham de ser residentes de Macau. Foi por causa desta insistência que um grande número de jovens e adolescentes abandonaram os estudos, não tendo acabado o ensino secundário complementar e, deste modo, não tendo obtido diplomas. Com 18 anos de idade, não sendo ainda completamente maduros na sua mentalidade, dirigiram-se aos casinos, em catadupa, e arranjaram trabalho como *croupiers*, tarefa que necessita de menos conhecimentos. Desprezaram a educação e deram importância ao facto de ganhar dinheiro. Os valores foram distorcidos e arruinaram a oportunidade de ascensão social. A proibição de utilizar trabalhadores fora de Macau sacrificou uma geração de jovens, e esta lição é realmente muito grande. Hoje, a sociedade não está calma e não reflecte objectividade, relativamente ao tema em discussão. Acho que se não discutirmos em condições suficientemente objectivas, apenas podemos tornar uma coisa boa numa má coisa. Penso que nesta fase todos nós precisamos de algum tempo para nos acalmarmos, desistindo de ideias de discriminação, e considerando, de um ponto de vista objectivo e sério, a questão da reserva de talentos e do desenvolvimento a longo prazo para Macau. Ao mesmo tempo, o Governo e os sectores sociais devem procurar mais informação e

dados para o público compreender suficientemente o tema, antes de expressar a sua opinião. Só quando a atmosfera recuperar a calma, devemos discutir o tema. Acho que agora não é o melhor momento para o debate.

**Presidente:** Sr. Deputado Chan Chak Mo.

**Chan Chak Mo:** Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Vale a pena discutir e fazer um debate acerca deste tema. O tema foi apresentado agora e tenho algumas ideias diferentes.

Em primeiro lugar, relativamente ao título do tema, apresentado pela Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, se o Governo da RAEM deve ou não ignorar o sistema de importação de trabalhadores e criar uma outra via. Esta é uma hipótese, uma hipótese para ignorar o sistema de entrada de trabalhadores e abrir uma nova via. Mas eu acho que o Governo não expressou a sua posição, dizendo o que devemos fazer. Na minha opinião, penso que o Governo pode dizer, e as pessoas podem sugerir: “Não, o regime actual está bem”. Possivelmente, a única diferença é que, os estudantes não precisam de voltar à sua terra para requerer procurar trabalho, após finalizarem os estudos. Eles fazem as entrevistas aqui e requerem aqui. Depois de breves formalidades, podem trabalhar aqui, após acabarem os estudos. De facto, isto assim não é ignorar o sistema de importação de trabalhadores, mas é possível que isso já faça parte do sistema. Portanto, o objecto desta discussão tem um curto alcance, e deveria ser mais alargado.

Em segundo lugar, o Deputado Tsui Wai Kwan também referiu que este ano é um ano de eleições. Ouvei dizer que muitos meios de comunicação social não estão a ser racionais e entre as duas partes, patronal e laboral, existe oposição. Será que a discussão deste tema se vai transformar agora na última cartada para as eleições? Será que o tema se vai tornar mais político? Acho que este momento não é adequado para a discussão. Esta é apenas a minha opinião.

Em terceiro lugar, o Governo disse sempre que não tem uma ideia concreta, todas as pessoas têm de discutir, estudar, investigar e consultar. Uma vez que não fizemos isso, teremos agora informações suficientes para discutir? Vamos discutir racionalmente? Agora não temos, de forma nenhuma, condições para discutir este tema, porque não sabemos qual é a ideia do Governo, ou se o Governo tem alguma ideia mais detalhada, por exemplo, sobre quantas vagas são disponibilizadas por ano e quantas pessoas em cada departamento. Que é a classificação que os estudantes têm de obter no exame de cada instituição para poder permanecer aqui? Será que eles podem receber salários iguais aos outros, se trabalharem o mesmo? Existe um mecanismo de saída? O Governo ainda não tomou em consideração estes aspectos, e todos nós queríamos saber. O Governo não revelou a sua postura. Nesta situação, se todos discutirmos, é possível chegar a um resultado, o que não é mau.

Portanto, se se discutir este tema na próxima Legislatura da Assembleia Legislativa, e se a Sra. Deputada Kwan o apresentar novamente, e se eu próprio ainda aqui estiver a trabalhar, apoiarei, com certeza e fortemente, este tema.

Obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado Sio Chi Wai.

**Sio Chi Wai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Em primeiro lugar, sobre a questão apresentada pela Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, relativamente à permanência, para trabalhar em Macau, dos estudantes não residentes, todos vimos que é uma questão que foi seguida atentamente pela sociedade. Portanto, quando o Chefe do Executivo estava a responder às perguntas na Assembleia Legislativa, em Abril, este respondeu aos Deputados que esperava que a questão fosse considerada como um mecanismo de longo prazo, e esperava que a sociedade pudesse discutir de boa-fé. Após a discussão de boa-fé, apresentada pelo Chefe do Executivo, de facto, nestes últimos dois meses, fiz uma simples análise estatística do tema apresentado pela sociedade, especialmente por alguns meios de comunicação social, havendo 10 artigos do sector comercial, 10 artigos das organizações de grupos, 1 artigo do sector do jogo, 6 do sector da construção, e 6 dos nossos Deputados que também falaram do tema. Há 4 artigos dos departamentos do Governo e 3 do sector da educação. Relativamente à televisão e outros meios de comunicação, não fiz uma análise estatística oficial, incluindo discussões sociais na *Internet*. Na realidade, o tema envolveu bastante gente. Por isso, a sociedade está a dar muita atenção a esta questão. Foi suficientemente discutida nestes dois meses, toda a gente expressou muitas opiniões também. Portanto, penso que o Governo agora deve iniciar uma nova fase, o mais rapidamente possível. Isto é, deve tirar uma conclusão de todas as opiniões da sociedade. Depois apresentará as suas ideias, fazendo-nos entrar o mais rapidamente possível numa nova fase de discussão. Acho que assim é mais adequado. Por isso, penso que hoje este tema não é oportuno.

**Presidente:** Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** Uma das razões por que apoio a apresentação e a discussão desta matéria é porque o Governo, até agora, evitou demonstrar a sua posição e não apresenta um programa concreto, assim como não decide se continua, ou não, a estudar este tema, e isto quando a sociedade está a dar muita atenção a diferentes opiniões, exigindo do Governo que revele a sua atitude. O Governo evitou completamente este tema, como se se tivesse mergulhado na água. Então, do que estamos à espera?

Se o espaço da Assembleia Legislativa não for considerado um lugar razoável para este debate, então, onde fica esse lugar próprio, onde a sociedade possa fazer um debate utilizando um espaço criado para tal? Quero dizer, se a Assembleia Legislativa não é um lugar concebível para o debate, onde é que podemos discutir?

Além disso, se não falarmos da questão, se preferirem que não falemos na sessão, mas antes falemos nos bastidores, isso tornará o problema mais politizado. Pelo contrário, se falarmos abertamente sobre a questão, isso irá diluir adequadamente um problema político. Se é possível resolver o problema com sucesso, através dessa diluição, não sabemos. Mas é melhor haver diluição do que não haver diluição.

Nós também podemos pedir ao Governo para vir aqui e esclarecer, mas porque é que evitamos agora o problema? O que se quer fazer? Deve poder-se conseguir melhores resultados. Claro que o Governo pode aceitar totalmente as opiniões resultantes do debate da Assembleia Legislativa, também é conveniente aceitar todas as

ideias úteis para tomar uma decisão.

Agora aguardamos e não discutimos, esperando pelo Governo, prolongando o assunto. Quando todas as pessoas já não estiverem atentas é que começamos a discutir, então, quanto tempo temos de esperar? Não é necessário esperar um século. Se esperarmos até ao próximo ano, haverá a eleição do Chefe do Executivo. Quatrocentas pessoas vão fechar a porta, fazem uns telefonemas e tomarão uma decisão. Depois haverá uma outra política, a Assembleia Legislativa trabalha devagar, os Deputados vão fazer consultas. Não é relevante, se quisermos continuar a trair os interesses da população de Macau?

Eu acho que deve haver um debate aberto, para evitar trair mais uma vez os interesses das gentes de Macau.

**Presidente:** Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

**Cheung Lup Kwan:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Na realidade, este tema, agora em debate, não é um tema novo. É já de há muito tempo, tendo gerado muitas opiniões, de muitas pessoas. Aliás, anteriormente, a garantia de empregos para os trabalhadores locais e o assunto relativo aos *croupiers* tiveram em conta esta questão. De facto, a questão de os estudantes poderem permanecer e trabalhar em Macau é uma coisa boa e deve ser discutida. Contudo, quando nós, comerciantes, falamos de conflitos e interesses... queremos sair. Agora, por sinal, como estão a aproximar-se eleições, claro, este tema está a atrair a atenção de muitas pessoas. Na realidade, o Governo declarou que se os estudantes ficarem, e trabalharem na região, isso não tem a ver com o direito de residência. Se se precisar de pessoas com especialização ou nível adequados, eles podem trabalhar aqui, sem limitação de tempo. Eles podem trabalhar aqui, ou não, não tendo o direito de residência. Assim, há uma centena de vantagens, sem nenhuma desvantagem para Macau. É equivalente dizer que estas pessoas são *croupiers*, sem oportunidade de serem promovidas. Portanto, se os membros do Governo não vierem aqui, não é uma coisa má. Porquê? Muitos Deputados disseram: “Atenção, o que debatemos deve ser discutido pela Assembleia Legislativa com os cidadãos”. Quando os membros do Governo seleccionarem muitas opiniões, a Assembleia Legislativa vai comunicar que tem algo a declarar. Se vierem aqui hoje e não souberem responder às suas perguntas, não teremos resultados dessa discussão. Portanto, relativamente à oportunidade, este não é o tempo adequado. Devemos discutir, mas poderemos despende muito tempo, não é “discutir hoje e executar depois de amanhã”. Portanto, penso que na próxima Legislatura da Assembleia Legislativa haverá oportunidade para esta discussão, nós agora não podemos discutir convosco.

Obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

**Cheang Chi Keong:** Obrigado, Sr. Presidente.

Quer a política de importação de trabalhadores, quer a política de talentos, quer ainda a política demográfica da RAEM, são matérias importantes para o desenvolvimento sustentável da RAEM. Quando o Chefe do Executivo veio responder às perguntas, no dia 25 de Abril, apresentei-lhe esta questão: “Como é que vai resolver os verdadeiros problemas de Macau?”. O Chefe do Executivo disse que

a questão dos talentos é um verdadeiro problema. Portanto, acho que vale a pena fazer um debate. Mas parece-me que há um problema no tema, tendo-se dito para ignorar a política de admissão de trabalhadores de fora de Macau. Ignorar, como? Quem foi o membro do Governo que o disse? Não sabemos. Criar uma nova via para os estudantes, que estudam nas instituições de ensino superior, poderem permanecer e trabalhar em Macau, como? Como é que pode ser feito em concreto? Outra vez, não sabemos. Por isso, é difícil discutir. Não sabemos como ignorar? Qual é a nova via? Então, acho que há um problema no tema.

Em segundo lugar, na fundamentação do tema foi dito que este, de facto, está numa fase de estudo. Foi dito assim, pela apresentadora do tema. Está numa fase de estudo e não há resultados do estudo. Não havendo ainda a respectiva decisão, como é que podemos discutir? Este é um outro problema.

Por último, no último parágrafo, a proponente mencionou que esperava que o tema levasse a uma discussão da política de emprego, recursos humanos e política demográfica. Mas qual é o tema? É para discutir o problema de recursos humanos? Ou para discutir a política laboral? Ou é para discutir a política demográfica? Acho que pode haver facilmente confusão. Portanto, irei abster-me na votação.

Obrigado!

**Presidente:** Sra. Deputada, Chan Mei Yi.

**Chan Mei Yi:** Obrigada, Sr. Presidente!

De facto, relativamente a esta proposta de debate apresentado na Assembleia Legislativa, a mesma tem o meu apoio. A Sra. Deputada Kwan apresentou este tema porque é representante do sector dos trabalhadores e deve apresentá-lo. Simultaneamente, também acho que muitos Deputados do sector comercial, agora, basicamente apoiam os trabalhadores de fora de Macau. Eu não estou a dizer que não apoio a política relativa aos trabalhadores de fora de Macau. Primeiro, muita gente do sector comercial disse que precisamos de mais trabalhadores não residentes, e alguns grupos disseram que não precisamos de tantos desses trabalhadores. Nesta controvérsia, agora, surgiram outros dizendo que os estudantes não locais, que estudam em Macau, podem trabalhar aqui. Na realidade, de momento, existem regimes diversos através dos quais as pessoas, incluindo os estudantes não residentes, mas que estudam em Macau, podem trabalhar em Macau. Acho que já não é necessário criar mais legislação. Portanto, devemos fazer um debate sobre o tema. Ademais, alguns Deputados disseram que esta não é a opinião dos membros do Governo, apenas uma opinião do gabinete de investigação. Acredito que as autoridades não vêm aqui para fazer um debate.

Eu já apresentei uma interpelação escrita ao Governo, para que este responda. Bem, alguns Deputados já exprimiram as suas opiniões, acredito que o tema não vai ser aprovado. Mas espero que a Sra. Deputada Kwan o possa apresentar em outras ocasiões ou através de outros meios para podermos fazer um debate.

Obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado Chan Wai Chi.

**Chan Wai Chi:** Muito obrigado, Sr. Presidente!

Relativamente ao tema apresentado quando o Chefe do Executivo estava a responder a uma pergunta, tema esse que provocou uma ampla discussão na sociedade, surgindo mesmo um debate, acho que é necessário que a Assembleia Legislativa preste esclarecimentos através de um debate. Antes da participação na sessão de hoje, tentei combinar um encontro com o responsável do Gabinete de Estudo das Políticas. De facto, queríamos obter mais informação sobre este assunto, para podermos estar mais esclarecidos e com mais certezas quando tomarmos uma decisão. Lamentavelmente este pedido foi recusado. Achamos que é muito estranho. Se os problemas não são abordados, não significa que eles não existam e não irão fermentar. Especialmente quando se está a chegar ao período das eleições, este problema será o tema de discussão de todos os grupos. Porque não o podemos apresentar na Assembleia Legislativa e trocar as nossas opiniões? Além disso, há um colega que disse que se deve falar deste tema, contudo, apoia que se faça a discussão depois das eleições, em Setembro, e na nova sessão, após 16 de Outubro. Acho que “o que pudermos fazer hoje, não se deve deixar para amanhã”. Hoje tomo esta posição e devo assumir a minha responsabilidade. Não se sabe se depois do dia 15 de Setembro ainda haverá oportunidade. Como Deputados, devemos enfrentar uma questão que provocou tanta atenção na sociedade. Quando se proceder ao debate poderemos discutir mais profundamente, adoptando perspectivas diferentes, mas não podemos esconder a doença e recusar ir ao médico, não podemos esconder os nossos próprios problemas e não podemos deixar de tomar medidas. O “vento” já começou a soprar e, se continuarmos a desviar-nos do tema, cada vez se vão criar mais boatos na sociedade. Não seria um bom sinal para a RAEM ou para a Assembleia Legislativa e para toda a sociedade. Eu queria chamar a atenção para uma coisa, como Chefe do Executivo, como Deputado, cada palavra nossa poderá provocar reacções diferentes na sociedade, nós temos de ter cuidado com as nossas palavras e com os nossos actos. Mas, se falarmos, temos de enfrentar, com uma atitude responsável. Uma vez que foi apresentado o tema, e que tem despertado a atenção de toda a gente, porque não esclarecer este problema através de um debate?

**Presidente:** Sr. Deputado Ho Ion Sang.

**Ho Ion Sang:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Neste período de tempo, recebi algumas observações sobre este tema, provindas de bastantes cidadãos, jovens e pais. Sabemos que alguns colegas apresentaram esta matéria. De facto, ultimamente existe uma discussão, relativamente acalorada, na sociedade.

Eu acho que os Deputados vêm de classes e sectores diferentes. Como este tema se refere a classes e sectores diferentes, podemos discutir de momento, com o esforço de toda a gente. Acho que o tema se tornará cada vez mais claro através do debate.

Relativamente ao tema a que a sociedade está a dar tanta atenção e a discutir acaloradamente, devemos promover um debate na Assembleia Legislativa, sobre as políticas, há algumas políticas relativas a trabalhadores de fora de Macau e algumas chamadas políticas de migração, relacionadas com a alta qualificação dos trabalhadores. Haverá problemas com estas políticas actuais? Estão ou não bloqueadas? Ou precisamos de novas políticas para lidar com os problemas? Acho que, nesta fase, precisa-se de um debate para os cidadãos e a sociedade ficarem mais esclarecidos sobre o problema. Portanto, eu apoio o debate.

**Presidente:** Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

**José Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente!

Eu apoio qualquer debate. É bom haver debates. Acho que é estranho a nossa Assembleia usar algumas desculpas para evitar um debate. Se não debatermos, como é que podemos solucionar os problemas? Como é que se podem reflectir as boas ou más opiniões? O nosso hemiciclo não é um bom lugar para debate? Outra coisa que eu quero falar sobre isso, o que não é política? Acho que é muito estranho.

Além disso, há mais um assunto que queria abordar. O que não é política? Os quatro mil grupos e associações de Macau falam de política. Sem política, como é que se podem resolver os problemas? Como é que se pode avançar? Acho que é estranho. Este assunto está politizado. O que não está politizado? Pode apresentar uma coisa que não esteja politizada? O terceiro assunto é engraçado. Agora há eleições. Se há eleições, é melhor não reunirmos em sessão? Como Deputados, ainda querem reunir em sessão? Especialmente, todos os assuntos têm a ver com as eleições, qualquer coisa é sobre as eleições. Acho que é muito estranho. Em especial, temos a estação de televisão de Macau com umas ideias ridículas, tendo dito que não convidaria os Deputados para participar, não fazendo gravações. Há alguma pessoa, alguma associação... Mesmo um departamento do Governo, que disse: alguma associação. Bem, em conclusão, “abrem-se centenas de flores”. É absurdo.

Sobre este tema, deve-se discutir sempre mais cedo. Se se discutir agora, também não há problema. Se for próximo de Setembro, no dia 14 de Agosto, se os Deputados discutirem este problema, há problema? Não há. De facto, agora este problema é o que preocupa mais os cidadãos de Macau. Porque não podemos discutir? Por que há tabus? O nosso hemiciclo tem muitos tabus. Este tema é para nós irmos para a frente, é necessário explicar. Os Deputados não precisam de explicação? Não precisam de dizer a outros o que é que pensam? Se se fecharem e não falarem, como codornizes, como é que podem exprimir as suas opiniões aos cidadãos? Nós somos como pontes, temos as nossas opiniões, devemos transmitir aos outros o que pensamos.

Portanto, eu realmente levanto as mãos e os pés para apoiar esta proposta de debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**Presidente:** Sr. Deputado Lau Veng Seng.

**Lau Veng Seng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Relativamente à oportunidade deste debate, quer os grupos do sector comercial, quer os grupos do sector de trabalho discutiram intensamente esta matéria quando a mesma chegou às ruas, e a sociedade também exprimiu as suas ideias.

Pertencendo ao sector comercial, claro que concordo com esta política. Mas o problema é que esta política só terá influência a longo prazo, se tivermos de otimizar as competências da nossa população e se tivermos um espaço de desenvolvimento para podermos ter mais competitividade nos diversos sectores. Por isso,

nesta situação, do meu ponto de vista, espero por mais dados, para estar mais seguro quando se promover esta política no futuro.

Como o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan mencionou, se não se considerar de forma mais detalhada e com maior alcance, isso dará lugar a um efeito contrário. Acho que devemos considerar melhor e estudar mais esta política que nos afectará a longo prazo. Conforme constatei, os respectivos departamentos do Governo vão publicar alguns dados estatísticos num futuro próximo. Se pudermos estudar e discutir de acordo com os dados a obter num futuro próximo, poderemos ficar mais seguros da nossa posição. Acho que isso será mais racional e assim atingiremos o efeito desejado.

Concordo com alguns colegas, hoje já não temos muito tempo, nesta Legislatura da Assembleia Legislativa. O mesmo é dizer, este momento é muito sensível, e haverá eleições proximamente. Acho que na apresentação deste tema existe um motivo político muito forte. Neste caso, estou contra o debate. Não queria desperdiçar mais tempo neste aspecto.

É tudo.

**Presidente:** Como ainda há três minutos... Sr. Deputado Au Kam San.

**Au Kam San:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Relativamente a este problema, eu ainda não abri boca, toda a gente já sabe a minha posição. Eu apoio este debate e estou contra a ideia de os estudantes não residentes permanecerem e trabalharem em Macau. Eu utilizei a seguinte frase: “um fantasma vagueando em Macau”. Esta expressão é usada para descrever os estudantes que trabalham em Macau, como fantasmas, não podendo desaparecer. Claro, falar assim não é uma coisa má, porque, como se sabe, eu tirei a primeira frase do Manifesto do Partido Comunista, livro do antepassado Marx, do Partido Comunista que está no poder na China. O problema é: porque é que utilizei um fantasma para me exprimir? De facto, não começámos a discutir este tema só hoje. Já foi falado há muito tempo. Mas o problema é que se os estudantes permanecem e trabalham em Macau, este facto, obviamente, vai prejudicar seriamente os locais na obtenção de emprego, abrindo-se assim um grande buraco. Especialmente se os estudantes são aprovados nos exames e defendem as suas teses, podendo obter os diplomas nas universidades, então, no futuro, milhares e milhares de estudantes vão permanecer e trabalhar em Macau. As pessoas de Macau não terão lugares. Por isso, no que concerne a esta situação, eu estou sempre muito vigilante.

Se temos agora uma oportunidade para discutir abertamente, penso que isso é muito bom. Porque, na realidade, o Governo disse que não tinha uma posição agora. Eu não sei se este tem, ou não, uma posição. Mas se começarmos a debater, nesta fase, isso ajudará a esclarecer alguns problemas. Se alguém disse que era um bom período para o Governo absorver boas opiniões, porque é que há pessoas que pensam que não devemos discutir na Assembleia Legislativa, para seleccionar ideias e opiniões úteis? É uma lógica estranha. O sector do trabalho e o sector comercial podem falar e expressar as suas opiniões, mas, ao contrário, a Assembleia Legislativa deve fechar a boca? Muito estranho, esta lógica é muito estranha. Se somos Deputados, devemos falar. Se os Deputados não falam, porque é que são Deputados?

Um outro problema é dizermos sempre que não temos muito tempo. Penso que muitos dos presentes são patrões. Se entregarem um trabalho a um trabalhador, na hora de sair do trabalho, e o trabalhador disser: “Já são horas de sair, não faço”, penso que irão logo despedi-lo. Aquele tem de acabar o trabalho, mesmo que faça horas extraordinárias. Como é que podemos dizer que não há muito tempo, que não faremos? Obviamente que, podemos ver, temos tempo suficiente para discutir, porque não vamos ter muitas oportunidades para reunir em sessão, apenas restam alguns projectos de lei. Agora, que estamos em sessão e discutimos, é muito adequado.

Obrigado!

**Presidente:** Bem, os que ainda não usaram da palavra e não efectuaram declaração de voto ainda têm três minutos, os que já falaram ou assinaram esta proposta não podem intervir quando passarmos às declarações de voto. Isto está estipulado no Regimento.

Está encerrada a discussão.

Vamos à votação.

Vamos votar a proposta de debate apresentada pela Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

(Votação)

**Presidente:** Há 25 votos: 10 votos contra, 9 votos a favor e 6 abstenções. Os projectos de simples deliberação do Plenário estão previstos na alínea r), do art.º 56.º, do Regimento, e são aprovados por maioria dos votos expressos. Quer isto dizer que este projecto não foi aprovado.

Há Deputados que queiram fazer declaração de voto? Esperem um pouco... Agora, carreguem no botão.

**Presidente:** Sr. Deputado Vong Hin Fai.

**Vong Hin Fai:** Muito obrigado, Sr. Presidente!

A minha declaração de voto, em conjunto com a dos Deputados Tsui Wai Kwan e Tong Io Cheng, é a seguinte:

Se é necessário definir uma nova política em Macau para os estudantes não residentes poderem trabalhar aqui, paralelamente ao actual regime de entrada de trabalhadores não residentes, em princípio, isto é um tema significativo para debate. Mas não sabemos se isto tem a ver com este período sensível de véspera de eleições. O debate relativo ao tema está a tornar-se irracional, tendo-se sugerido opiniões de oposição que são subjectivas e cegas, com fundamentos não objectivos e não científicos, especialmente exagerando as grandes desvantagens que a respectiva política trará, fazendo-se distorções sobre a boa-fé do estudo de políticas e tendo-se levantado preocupações irracionais na sociedade. Acreditamos que se procedermos a um debate nesta situação serão ignorados muitos pareceres objectivos e científicos, e não chegaremos a uma conclusão que possa impulsionar os interesses globais da sociedade. A fim de evitar uma via enganadora de desenvolvimento da respectiva política, com mais animosidade do que raciocínio, não concordamos com o debate sobre o tema. Contudo, isso não significa que não discutamos o respectivo tema. Nós esperamos que a sociedade e o Governo possam ter mais tempo para obter mais informações e dados

objectivos e científicos, e todos os sectores possam conhecer mais profundamente a respectiva política, e então possamos debater com uma atitude calma. Acredito que esta é a maneira mais adequada.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**Presidente:** Sr. Deputado Lam Heong Sang.

**Lam Heong Sang:** Muito obrigado, Sr. Presidente!

Os recursos humanos são um factor importante para o desenvolvimento sustentável de Macau. Nos últimos anos, há pessoas que têm dito que não há talentos em Macau. Há realmente falta de talentos, ou há falta de mão-de-obra barata? Que esforço é que já foi feito para cultivar e explorar talentos locais? A política laboral do Governo ainda não criou um mecanismo de saída dos trabalhadores não locais, e não estipulou expressamente a proporção de entrada dos trabalhadores não locais que trabalham como gestores superiores ou como técnicos, e o prazo da sua permanência em Macau, não falando da criação do mecanismo de condições para o crescimento de talentos em Macau. Neste momento, estamos a pôr o “carro à frente dos bois”. Se se apresentar uma consulta sobre a política relativa à permanência dos estudantes não locais em Macau, far-se-á com que os locais fiquem nervosos e apreensivos. A necessidade de desenvolvimento da economia e da sociedade baseia-se na procura da verdade, a partir dos factos. A previsão da necessidade, em qualidade e em quantidade, de recursos humanos, relativamente ao desenvolvimento futuro da RAEM, deve basear-se em dados e numa planificação claros, promovendo-se condições para discutir a respectiva política. Eu acho que desenvolver e utilizar os talentos locais, criando condições para promover a ascensão social dos residentes locais, é a prioridade principal da política de recursos humanos do Governo.

Os respectivos departamentos do Governo, a partir de agora, devem explorar profundamente o tema e concretizá-lo de forma específica. A forma como o tema foi votado hoje deriva de uma variedade de razões. Mas eu acredito sempre que há controvérsia nos interesses e acho que só podemos fazer melhor procurando a verdade a partir dos factos.

Obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

A minha declaração de voto é a seguinte:

Em primeiro lugar, eu estou contra a abertura de uma via para os estudantes não locais, e que estudam em instituições do ensino superior, possam cá permanecer e trabalhar, fora do regime actual de entrada de trabalhadores não residentes, enquanto o Governo da RAEM não tiver criado um regime de certificação e autenticação profissional adequado e critérios de contratação com certificados profissionais. Eu estou contra isso. Mas hoje, relativamente a este tema, abstive-me, por duas razões.

1. Como o Governo não tem uma posição política oficial, o tema para discussão não é claro. Nós temos de discutir se o Governo tem de estudar o problema de recursos humanos, ou o problema respeitante aos trabalhadores de fora de Macau? O problema dos imigrantes ou a política demográfica? Nada está explícito.

Como haverá sessões proximamente, e temos muitos projectos relativos à vida das pessoas para acabar em pouco tempo, devemos utilizar o tempo restante e concentrar a nossa energia para discutir e analisar bem o projecto. Mas quando o Governo tiver uma clara e certa definição sobre talentos e profissionais e quando tiver tomado uma decisão ou posição para formular uma política relativamente à permanência dos estudantes não locais em Macau, para trabalhar, nós começaremos a discutir o tema de forma mais explícita e efectiva, então, nessa altura, eu apoiarei plenamente.

Obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado Ung Choi Kun.

**Ung Choi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Segue-se a declaração de voto subscrita pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam e por mim próprio.

Relativamente à ideia de que os estudantes não residentes possam trabalhar em Macau, apresentada no quadro da consulta da política demográfica da respectiva autoridade – e quando o Chefe do Executivo expressou na reunião de 25 de Abril que, à medida que vários grandes projectos estejam concluídos em 2016, está previsto que haverá um problema proeminente de talentos – acredito que esta afirmação foi feita de boa-fé. Na realidade, o problema dos recursos humanos em Macau é muito grave. Mas é pena que a respectiva autoridade não tenha um conceito claro sobre recursos humanos e talentos, expressando-se de forma muito vaga sobre os problemas e políticas relacionados com o tipo de recursos humanos ou talentos que a sociedade precisa, e quais instituições, áreas ou especializações precisam de profissionais e talentos. A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang apresentou hoje este tema, o que eu compreendo. Contudo, achamos que uma vez que o Chefe do Executivo indicou que a questão dos estudantes não locais, que trabalham em Macau, não se refere ao problema de residência e, além disso, o mecanismo de importação de trabalhadores, que actualmente está a complementar a falta de recursos humanos, é viável e eficaz, não é adequado abrir uma via especial. Pelo contrário, a respectiva autoridade deve acelerar e melhorar o regime de autenticação profissional, em todas as áreas, para determinar os critérios sobre talentos e fazer a descrição dos respectivos profissionais.

Mas precisamos de ter em conta é que, esta Assembleia Legislativa tem apenas mais cerca de 40 dias úteis de vida, ainda há a Lei de Terras – não é para rir, é um facto – a Lei de Planeamento Urbano, a Lei de Protecção do Património Cultural, que não foram aprovados, certo? Não tente abanar a cabeça, o que é certo, certo é. Há vários projectos-base, como a alteração do Código de Processo Penal, etc. Temos várias sessões na próxima semana, não se esqueçam. O tempo é apertado, não consigo tratar disto. Há algum tempo atrás abstive-me em vários debates. E há algum tempo atrás a algumas propostas de debate. Vou abster-se. Portanto, o Sr. Deputado Chan Meng Kam e eu achamos que é absolutamente inadequado convocar uma sessão de debate nesta altura. Por isso, nós abstivemo-nos, conforme o que é mais urgente e o que é menos urgente para tratar. De acordo com as prioridades.

Obrigado.

**Presidente:** Sra. Deputada Ho Sio Kam.

**Ho Sio Kam:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Abstive-me nesta votação. Porquê? Eu acho que, de facto, este tema merece ser discutido, porque os recursos humanos são um factor primordial para o desenvolvimento de uma cidade. Face à situação actual, em que há falta de recursos humanos e mão-de-obra, realmente vale a pena debater se é correcto, ou errado, e o que se deve fazer, relativamente à questão dos estudantes não locais poderem trabalhar em Macau. Aliás, em relação aos dados ou ao banco de dados de talentos, o Governo disse que os está a preparar e vão surgir dados mais claros e explícitos relativamente à quantidade de profissionais em falta, e em que áreas é que há mais falta. Será melhor para o debate? Portanto, acho que quando sair o resultado

desse estudo, e dessa investigação, já podemos discutir com fundamentos. Acho que o resultado será melhor.

Obrigado!

**Presidente:** Srs. Deputados:

Terminámos os dois pontos da Ordem do Dia.

Declaro encerrada a sessão.

**Intérpretes-Tradutores:** Gabinete de Tradução

**Redactores:** Gabinete de Registo e Redacção

